

SESSÕES DO PLENÁRIO

86ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de setembro de 2023.

**PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Submeto ao Plenário as atas das seguintes sessões: 82ª, 83ª, 84ª ordinárias, realizadas, respectivamente, em 18, 19 e 20 de setembro de 2023; e a 14ª extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2023.

Em discussão as atas que acabaram de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Ludmilla Fiscina comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 11, 12 e 13/09/2023.

Da Deputada Neusa Cadore comunicando que, devido participação nas comemorações pelo mês do Cerrado, em Brasília, esteve ausente na Sessão do dia 14/09/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Concedo a palavra ao nobre deputado Pedro Tavares. (Silêncio) Não se encontra. Eu convido o nobre deputado Hassan para utilizar o Pequeno Expediente. (Silêncio)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em permuta do deputado Hassan com a deputada Fabíola Mansur, eu concedo a palavra à deputada Fabíola Mansur pelo tempo de até 5 minutos no Pequeno Expediente.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, saudando V. Ex.^a e todos os companheiros e companheiras da Casa, venho a esta tribuna hoje para fazer uma moção de aplausos à fala do pastor Henrique em defesa da união homoafetiva. É uma pauta que já foi deferida pelo Supremo Tribunal Federal, deputado Paulo Rangel, e que vem, de forma sorrateira, sendo pautada com um texto bíblico de que família é apenas de um tipo, não concebendo a diversidade entre as pessoas.

Nós temos de lembrar que este é um Estado laico e que temos que ter a Constituição como a nossa Bíblia. Não dá para emitirmos falas LGBTfóbicas para ganhar voto ou ter exposição, tempo na mídia, como fez um deputado federal, infelizmente, da Bahia, contra a união estável, contra a deputada Erika Hilton, com quem me solidarizo, levando até, deputado Sandro Régis, a uma ação do Ministério Público Estadual.

Diz esse pastor Henrique, num claro discurso de diversidade, que um texto descontextualizado é um pretexto para o desrespeito à diversidade, o desrespeito à dignidade humana e aos direitos constituídos. Afinal de contas, usar a Bíblia num Estado laico para ser contrário ao casamento homoafetivo é hipócrita, não estamos falando de casamento religioso, estamos falando de casamento e união estável para garantir direitos civis, sucessão familiar, herança, e isso já está deliberado pelo Supremo Tribunal Federal.

Eu sempre defendi aqui a diversidade das famílias e sempre refutei o texto bíblico e a modelagem bíblica de família. Diz esse deputado: “Não podemos pegar um texto da Bíblia e dizer que família é aquilo preceituado no texto do nosso livro, que eu também sou cristã”.

Vamos lá, os modelos de família na Bíblia, eu até anotei aqui, podem ser o modelo de Abraão, com 1 marido, 3 esposas e várias concubinas, ou seria o modelo do rei Davi, 1 marido, 8 esposas e 20 filhos? Ou talvez o de Salomão, 1 marido, 700 esposas e 300 concubinas.

Ora, não dá para interpretarmos o texto bíblico, que é de amor, de fé, de acolhimento, como dizia Jesus Cristo, trazendo para o Estado laico uma defesa contrária a um direito civil assegurado pelo Supremo Tribunal Federal no país que mais mata LGBTs, no país em que 34 LGBTs morrem por dia. Não dá para a gente ficar calado diante de projetos, diante de fanatismo religioso que traz uma pauta de costumes

para a Constituição. Não dá para a gente impedir o exercício de direitos civis garantidos no Estado laico, presidente, por conta de fanatismo religioso.

O casamento é civil, não dá para a nossa Casa Legislativa ser uma extensão da igreja. Modelos teológicos, como disse o pastor no seu belo discurso, têm que ser debatidos na igreja, e a fé ser respeitada individualmente, nenhum cristão que se preze pode admitir pautas de ódio, de intolerância, pautas que usam hipocritamente textos da Bíblia. Tem várias coisas na Bíblia que hoje não são possíveis. A Bíblia diz que não se pode bater em escravos nem matar escravos. Ora, isso não significa que estamos regulamentando a escravidão.

A Bíblia, em Levítico, deputada Soane, também diz que não se deve compartilhar cadeiras de mulheres menstruadas. Ora, isso é inadmissível agora.

Portanto, eu quero aqui defender a união estável. Amanhã nós teremos uma pauta na Comissão de Previdência e Família, temos que defender que sejam mantidos esses direitos civis previamente garantidos pelo STF, que paremos as pautas de ódio contra LGBTs por mero fanatismo religioso.

Este Estado é laico, cada um tem o direito de fazer e de se unir a quem quiser, e não cabe ao Estado, infelizmente, impedir essa união, impedir os direitos civis. Viva à Constituição do meu país, viva à Bíblia, mas cada qual no seu cada qual, porque este Estado é laico.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigada, deputada Fabíola Mansur.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao deputado Marquinho Viana pelo tempo de até 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, hoje eu venho a esta tribuna para trazer um fato que aconteceu no domingo passado, no município de Abaíra. Está em todos os jornais, está no *Bahia Notícias*, está nos blogs regionais.

Em Abaíra, de 2 em 2 anos, comemora-se o Festival da Cachaça. Lá se fabrica uma cachaça muito boa, premiada, e o prefeito da cidade, conhecido como Diga, ele se sente o dono da cidade. Prefeito pela quarta vez, ele se sente o dono, ele acha que, por ser prefeito, pode fazer o que quer no município, mas não funciona bem assim.

O governo do estado, através da Sufotur, patrocinou um artista para cantar no município no período da comemoração, no encerramento, e o prefeito fechou as três entradas da cidade. Estão aqui as fotos, ele fechou as três entradas da cidade com as máquinas, impedindo que o trio entrasse.

Mas, sabendo dessa decisão que o prefeito iria tomar, anteriormente, desde o dia 13, nós encaminhamos um ofício a ele lhe comunicando que teria aquele evento na rua tal para pegarmos a autorização dele. Ele mandou que a sua secretária não assinasse o ofício recebido, então a menina disse que não poderia dar o recebido no documento, e nós, no dia seguinte, o encaminhamos pelos Correios com o A.R. Mesmo assim, ela não deu resposta.

Entramos na Justiça, na comarca de Piatã, e a juíza deu um parecer dizendo que o município tinha prazo para decidir. No sábado, nós entramos no plantão da Justiça de Primeiro Grau, e o juiz despachou dizendo que havia um processo tramitando, que tinha de esperar tramitar o outro. Mas a pressa por uma decisão era grande, porque o evento seria no domingo, e nós estávamos no sábado, então nós entramos também com um mandado de segurança na Justiça aqui em Salvador, no plantão de segundo grau. Novamente o desembargador que estava com o processo o devolveu para o primeiro grau e disse que a decisão teria de ser no primeiro grau.

E assim fez o juiz, ele proferiu uma decisão aproximadamente às 14 horas, o evento começaria às 16 horas, proferiu a decisão garantindo a apresentação do artista e mandando que o prefeito retirasse as máquinas. O capitão da PM de Seabra, o comandante regional, esteve com o prefeito, e ele disse: “Não vou cumprir. Eu pago uma multa de R\$ 300 mil, mas não cumprirei essa decisão porque, aqui no município, quem manda sou eu, eu sou o prefeito e quem manda sou eu aqui.”

Então, mais um absurdo porque a gente se elege, se candidata a um cargo público para melhorar a vida do povo, para melhorar as condições de vida das pessoas que ali vivem, e, no caso desse Diga – se não me engana a memória, acho que o nome dele é Edvaldo ou Edval –, ele acha que, porque foi prefeito por quatro vezes, pode fazer o que quiser no município, pode mandar...

(...) E ele avisou no palanque que lá tem homem, que tem homem de pulso forte, tem homem de sangue, que quem manda lá é ele e que a gente queria invadir o camarim. Nunca houve isso. O nobre comandante da PM esteve com ele mais uma vez e disse para dar o acesso ao cantor, e aí, com muito acerto, o comandante conseguiu que o cantor se apresentasse no palco principal, porque o prefeito não queria deixar e, em seguida, ele tirou as máquinas que estavam atrapalhando o ir e vir das pessoas.

Então, eu queria, nobre presidente, deixar registrado nos Anais desta Casa que, de agora em diante, eu que faço política no município, é meu vizinho, da minha querida Barra da Estiva... E ele ainda disse lá, no município dele, que eu saio do meu município para invadir o município dele.

Eu não estou invadindo o município de ninguém, sou deputado estadual pelo quarto mandato, fui votado no município, sou representante daquele município e tenho a obrigação de zelar pelo povo daquela cidade e de zelar pelo município, que é um município importante da Chapada Diamantina.

Mas vou querer deixar um recadinho para ele aqui: nós, lá em Abaíra, temos candidato e vamos disputar as eleições contra o candidato dele, seja quem for. Nós disputamos eleições, nobre presidente, para ganhar, mas perdemos também, como foi o caso dele, que já perdeu eleições.

Nessa eleição, eu vou fazer questão de estar no município de forma mais frequente. E o nosso candidato, com certeza, com o apoio do povo de Abaíra, dará o troco e a resposta, porque não é dessa maneira que se administra o município. Não é dessa forma, com truculência, achando que o município é dele, que se administra o município, assim, com o chicote na mão...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Para concluir, nobre presidente.

(...) com o chicote na mão, amedrontando as pessoas de bem, amedrontando as pessoas humildes, que dependem, às vezes, de um serviço de saúde, de educação e de estrada.

Então, nobre presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado.

O Sr. MARQUINHO VIANA: (...) esse prefeito merece aqui o nosso repúdio, está em todos os jornais que você não pode ser prefeito de uma cidade para agir daquela maneira, viu?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

O Sr. MARQUINHO VIANA: (...) obrigado, me desculpe aí.

Obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Raimundinho da JR. (Silêncio) Convido... O deputado Raimundinho da JR não está presente, convido o deputado Hilton Coelho. (Silêncio) Não está presente. Deputado Bobô! (Silêncio) Não está presente. Deputado Alan Sanches!

O Sr. Alan Sanches (fora do microfone): Eu vou falar no Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vai falar adiante.

Concedo a palavra ao deputado José de Arimateia pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna para deixar registrado que ontem, em Brasília, o procurador-geral da República, Augusto Aras, fez o seu último pronunciamento. E eu subo a esta tribuna para destacá-lo, Sr. Presidente, inclusive apresentei uma moção de congratulação.

(Lê) “MOÇÃO

Moção de Congratulação e Aplausos ao procurador-geral da República Augusto Aras.

O deputado que esta subscreve vem, na forma regimental, inserir na Ata dos trabalhos desta Casa Legislativa, Moção de Congratulação e Aplausos ao procurador-geral da República, Exmo. Senhor Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, pelo seu desempenho à frente da PGR nos últimos 04 anos. Desde que assumiu a Procuradoria Geral da República em 2019, o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras garantiu firmeza no compromisso para com o Estado de Direito. Adotou postura de equilíbrio, sensatez e austeridade na condução do órgão de cúpula do MP. Aras procurou trabalhar em estreita colaboração com o STF, defendendo a independência dos Poderes e o respeito às decisões judiciais. — Nascido em Salvador (BA), Antônio Augusto Brandão de Aras ingressou na carreira do Ministério Público Federal em 1987. Foi indicado pelo então presidente da República, Jair Bolsonaro, em 5 de setembro de 2019, para o cargo de procurador-geral da República. Aprovado pelo Senado Federal com 68 votos favoráveis e 10 contrários, Aras tomou posse como procurador-geral em 26 de setembro de 2019. H? No dia 24 de agosto de 2021, o Plenário do Senado aprovou a

recondução de Augusto Aras para o cargo de procurador-geral da República por 55 votos a favor, 10 contrários e 1 abstenção. Em 23 de setembro, Aras tomou posse para o biênio 2021/2023. Nos últimos 04 anos, Augusto Aras ajudou a garantir o desenvolvimento nacional, exercendo suas atribuições de acordo com a Constituição e das leis, cumprindo com retidão as disposições do ordenamento jurídico. Augusto é filho do ex-vereador Roque Aras, que exerceu o mandato na Câmara Municipal de Feira de Santana - entre 1971 e 1975 pelo MDB - cidade em que viveu boa parte da sua vida. Roque Aras foi também Deputado Estadual (1975-1979) e Deputado Federal (1979-1983). Nada mais justo e oportuno que a edilidade desta Casa homenageie o Dr. Augusto Aras em face do seu trabalho à frente da PGR. Dê-se ciência desta moção de Congratulação e Aplausos à Procuradoria Geral da República, na pessoa do Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, na sede do órgão, St. de Administração Federal Sul Q. 4 Conjunto C - Brasília, DF, 70050-900.”

E aqui está esta moção, Sr. Presidente, que eu gostaria que fosse registrada nos Anais desta Casa.

Ao mesmo tempo em que eu estou nesta tribuna, senhores, eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados mais uma vez porque amanhã nós teremos uma audiência pública para discutir a questão da coleta seletiva. Às 9h30min, na sala da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, realizaremos esta audiência pública para ouvir os representantes da reciclagem, ouvir alguns especialistas, bem como também apresentar dados a respeito da importância da coleta seletiva nos municípios.

Isso precisa ser discutido nesta Casa, cada deputado sabe que, se nós não tivermos um cuidado com a questão da coleta seletiva nos municípios, nós teremos problemas graves porque isso afeta a questão ambiental, afeta a saúde da população, compromete a saúde da população.

Por isso, amanhã eu gostaria de contar com as presenças dos Srs. Deputados para que possam trazer as suas contribuições para um tema de suma relevância, que é a coleta seletiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Muito obrigado, deputado José de Arimateia.

É com prazer que registramos a presença, a visita aqui dos estudantes do Colégio Estadual Vila Canária, que participam do Programa A Escola e o Legislativo. Sejam bem-vindos e bem-vindas, jovens do nosso colégio estadual.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido, seguindo aqui a ordem de inscrições, o deputado Leandro de Jesus para utilizar o tempo de até 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Muito boa tarde a todos, cumprimento todos os presentes, o Sr. Presidente que conduz esta sessão, todos os servidores, alunos que visitam esta Casa e a imprensa.

Bem, pegando o gancho do que foi discutido aqui sobre a questão do Estado laico ou da citação da Bíblia, da fé, de uma maneira bastante contorcida, como foi aqui apresentado, na realidade é importante destacar que ter um Estado, que se diz laico, não significa ter um povo ateu.

O Estado laico não significa que o povo não sirva a Deus. Não é à toa que nós estamos vivendo hoje nesse dito Estado laico... Agora a Suprema Corte sente-se no direito de julgar a possibilidade de assassinar bebês. Esse é o dito Estado laico, que não respeita a maioria do povo brasileiro, um povo que se considera cristão em mais de 80% da população recorrentemente entrevistada.

Aqui é importante fazer até uma correção, texto fora de contexto é pretexto, sim, mas para a heresia, para as heresias, que é o que mais nós vemos acontecer com aqueles que fazem a interpretação bastante equivocada da palavra de Deus.

É importante aqui destacar que nós vivemos, eu, enquanto cristão, eu vivo os novos tempos, os tempos do Nosso Senhor Jesus Cristo, as boas novas apresentadas pelo Nosso Senhor. E, em razão disso, inclusive, cabe aqui destacar que, por isso, nós não podemos coadunar ou baixar a cabeça para as imposições de outros poderes, no caso, do Poder Judiciário, que vem interferindo no Poder Legislativo.

Neste caso que eu estou citando, o Judiciário está colocando em discussão o assassinato de bebês. É muito fácil para qualquer um de nós discutir isso porque estamos aqui vivos, vocês já nasceram, estão aqui. Agora, seria ou será uma covardia permitir que bebês até a 12ª semana sejam massacrados no ventre de suas mães. E, pasmem, pasmem, olhem os argumentos que o Psol trouxe na sua ADPF 442: que o bebê não pode ser considerado uma pessoa; que o bebê não tem autodeterminação; que o bebê não tem projeto de vida; que o bebê não tem valor comunitário; e que, por isso, pode ser assassinado. Olhem os argumentos, olhem o absurdo que nós estamos vivendo nesse tal Estado laico em que o STF cotidianamente invade a competência de outro poder.

Pasmem vocês, a ministra Rosa Weber, no seu voto, diz que não há informações suficientes que possam determinar em que momento começa ou se inicia a vida e que, portanto, segundo ela, é cabível o aborto até a 12ª semana, ou seja, o assassinato, o holocausto de inocentes que não podem se defender. Então, o que nós estamos vivenciando é esse tal Estado laico, mas, volto a dizer, o Estado pode até se dizer laico, mas o povo segue sendo cristão.

Nós vamos defender a vida, nós vamos tomar as ruas deste país no dia 10, aqui em Salvador; no dia 12, estaremos nas ruas do Farol da Barra, de Feira de Santana, do Brasil afora. Nós vamos tomar essas ruas em defesa da vida porque nós não podemos aceitar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o assassinato, o massacre de bebês e baixar a cabeça como covardes. Eu não sou covarde e jamais carregarei em minhas mãos este sangue. Então, vamos ter coragem de defender a vida, como cristão que sou, não vou me calar.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra à deputada Olívia Santana pelo tempo de até 5 minutos no Pequeno Expediente.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, parlamentares presentes nesta Casa, quero saudar também os estudantes, meninas e meninos, parabéns pela presença, obrigada a vocês que estão aqui, em nossa Casa, conhecendo, aprendendo um pouco do trabalho que a gente realiza.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu quero saudar a ministra do Supremo Tribunal Federal, ministra Rosa Weber, quero lhe agradecer pelas posições democráticas avançadas que tem adotado no Supremo Tribunal. A ministra já está de saída do tribunal, gostaríamos que outra mulher assumisse essa vaga. Já me pronunciei aqui sobre a necessidade de o Supremo Tribunal Federal ter, pela primeira vez na história, uma mulher preta ministra. Quero reafirmar essa defesa porque é assim que a gente reciviliza o Brasil.

É muito importante essa agenda do movimento de mulheres negras que tem tomado o país na defesa de que a substituta da ministra Rosa Weber seja, sim, uma jurista negra. Portanto, acho que esta Casa também deve se posicionar, se pronunciar, valorizando esta agenda porque são 132 anos do Supremo Tribunal Federal no país, e nunca houve uma ministra negra neste tribunal.

Também, presidente, gostaria de sinalizar que os mesmos parlamentares, deputados, que sobem aqui com o suposto discurso de defesa da vida deveriam também subir nesta tribuna para defender a vida das mulheres, para defender e para combater o estupro – não é? –, para combater o feminicídio, e eu não vejo essas falas acontecerem aqui.

Vejo falas no sentido de controlar os corpos das mulheres, de querer obrigar que uma mulher violentada, estuprada, seja obrigada a parir o filho do seu estuprador. Portanto, quem vem aqui para fazer esse tipo de defesa, na verdade está defendendo, reiteradas vezes, que estupradores possam ser pais.

Eu gostaria de fazer um debate mais aprofundado, Sr. Presidente, sobre este assunto. As mulheres precisam ser respeitadas na sua liberdade, nos seus direitos reprodutivos. Nós não somos objetos de nenhum homem, não somos objetos de cama e mesa. Estamos em pleno século XXI, não podemos ser obrigadas a parir filhos de homens violentos.

Recentemente uma mulher indígena foi estuprada, enterrada dentro de uma lama, fingiu que estava morta, saiu e poucos dias depois essa mulher indígena veio a falecer. Então, é preciso parar de hipocrisia no uso desta tribuna – entendeu? – para falar de coisa séria, falar de igualdade.

Mulheres e homens precisam ser tratados e tratadas como iguais. Não é o homem que tem que determinar se a mulher vai parir ou se ela vai deixar de parir. Não pode um homem violentar uma mulher e achar que é um desbravador de corpos e de almas, criando traumas para sempre. Uma menina de 10, 11, 12, 13 anos não pode parir o filho de um estuprador.

É preciso que esses deputados que sobem aqui para fazer esse tipo de fala que a gente acabou de ouvir parem, botem a mão na consciência, pensem que podem ter uma filha, uma mãe, uma companheira e que elas não podem passar jamais por um trauma tão tenebroso como esse.

Viva à liberdade das mulheres, à liberdade do corpo das mulheres! Nós queremos ser tão livres quanto os homens são, os direitos precisam ser iguais, é assim que a Constituição determina.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada Olívia Santana.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados, boa tarde, presidente, boa tarde, meninada que veio do Colégio Estadual Vila Canária fazer essa visita importante, sejam bem-vindos ao Poder Legislativo.

Eu queria começar, Sr. Presidente, parabenizando o governador Jerônimo Rodrigues e a secretária Adélia Pinheiro porque hoje, no *Diário Oficial do Estado*, saiu a convocação de quase 1.300 profissionais da educação, 1.150 professores, 137 coordenadores, para ajudarem à nossa rede estadual de ensino. Esse é um compromisso do governador. O edital foi lançado em 2022 e a contratação está sendo feita a partir de agora.

O governador, inclusive, anunciou que vai lançar um novo concurso público para reforçar a nossa estrutura da educação. Não são só as escolas de tempo integral, como existe lá na Vila Canária, mas também o reforço aos profissionais da educação para a gente ter um ensino de qualidade e um ensino cada vez melhor na Bahia. Parabéns, governador Jerônimo Rodrigues.

Eu não posso também deixar de parabenizar o secretário da Cultura, Bruno Monteiro, pelo seu esforço, junto com a equipe, em organizar o maior edital da cultura em todos os tempos: o edital da Lei Paulo Gustavo, que vai destinar R\$ 150 milhões para que os nossos artistas, o mundo cultural, os fazedores de cultura possam ter acesso aos recursos públicos e apresentar projetos nas diversas áreas das artes: o audiovisual, a literatura, a memória, a história da Bahia, e com uma capilaridade muito grande, não só territorial, porque vai estar presente em todos os 27 territórios, mas também com a presença de linhas específicas para atender aos quilombolas, às mulheres, aos negros, e a inclusão do nosso povo no orçamento da cultura. Parabéns, governador Jerônimo! Parabéns, secretário Bruno Monteiro, por essa iniciativa.

Eu queria também, aqui, registrar, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que ontem visitamos o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Lá fomos bem recebidos, diga-se de passagem, pelo novo superintendente, Ricardo, e lá, mais uma vez, foi colocada a dificuldade que a Coelba está tendo em atender às demandas do setor de infraestrutura da Bahia.

Prestem atenção, Srs. Deputados: a BR-116 Norte, que liga Feira de Santana ao norte do estado, passando por Santa Bárbara, por Serrinha, tem um entroncamento na altura da ligação para Tanquinho e para Santanópolis, e ali está sendo feito um complexo de viadutos para que todo o tráfego possa fluir tranquilamente.

Naquele lugar se precisa fazer a remoção de uma rede de energia elétrica. A Coelba foi consultada, deu o prazo de 2 anos para a execução da remoção da rede de energia elétrica e a empresa executora da obra já pagou pelo serviço, já está pago e o prazo da Coelba é de 2 anos. Então, não é feita toda a obra do complexo de viadutos e do entroncamento, provocando acidentes, assaltos e dificuldades no trânsito.

Então, a Coelba tem sido um empecilho ao desenvolvimento econômico da Bahia, não só ao setor produtivo, o que é um mau exemplo de uma privatização que não deu certo na Bahia. E a subcomissão está trabalhando para que a Coelba preste um serviço de qualidade e a população baiana não fique desassistida, desamparada, maltratada pela Coelba, como tem acontecido ao longo dos últimos anos de concessão.

E isso é muito importante, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) porque faltam 3 anos para a renovação ou não dessa concessão, e a Coelba não está habilitada para requerer a continuidade da prestação do serviço. A cada dia, ela dá uma prova, deputado Raimundinho, de que o seu interesse é o lucro, simplesmente o lucro. Todo ano bate o recorde de lucratividade e deixa de prestar ao povo baiano o serviço adequado que foi contratado.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o deputado Rogério Andrade. Rogério Andrade não se encontra. (Silêncio) Eu convido a nobre deputada Ivana Bastos para falar pelo tempo de até 5 minutos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A Sr.^a IVANA BASTOS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, eu venho a esta tribuna hoje para cumprimentar e para parabenizar o governador Jerônimo Rodrigues. Amanhecemos o dia de hoje com a convocação de 1.145 professores, 173 coordenadores, 14 coordenadores indígenas. Mostra o compromisso do governo Jerônimo com a educação, o compromisso da secretária Adélia. Então, é preciso parabenizar, dizer dos nossos agradecimentos, porque, com certeza, a Bahia e os seus territórios sorriram muito com essa convocação. Convocação que a gente tem, aí, por 1 ano. E eu acredito que muitos outros professores serão chamados.

Vejo ali Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Luciano, Vitinho, Eures, Fabíola Mansur, Soane, tantos deputados aqui presentes, mas eu quero fazer um convite especial aqui. Nos dias 8, 9 e 10 de novembro acontecerá a 26ª Conferência Nacional da Unale, no estado do Ceará, na cidade de Fortaleza.

Eu gostaria muito de convidar todos os parlamentares desta Casa, está aqui também a equipe da Taquigrafia, todos que fazem a Assembleia Legislativa. Nós vamos debater vários temas, com as trocas de experiências, deputado Leandro, por todos os estados. Nós somos 1.049 deputados estaduais. A gente pode debater, e teremos eventos simultâneos de todas as categorias, da *TV Assembleia*, da polícia do Legislativo, da Taquigrafia, de todos. E a gente pode aprimorar.

Então, eu espero contar com todos os deputados. Todos já receberam nos seus “zaps” o *link* para fazer a inscrição. E até o dia 4 nós enviaremos para todos os gabinetes o convite oficial.

No último dia 20, nós estivemos também no Rio de Janeiro, recebendo cerca de 120 parlamentares...

(O deputado Vitor Bonfim se manifesta fora do microfone.)

A Sr.^a IVANA BASTOS: E me tirou o foco, não é, Vítor? Tirou-me o foco. Espere aí.

(...) americanos.

Também nós temos já confirmadas as presenças de cerca de 16 países em nossa conferência. Então, fica o convite. Teremos o prazer e a satisfação de recebê-los lá.

E, mais uma vez, ao governador Jerônimo e toda a equipe da educação, parabéns. Sucesso aos novos concursados que agora foram efetivados, que sejam bem-vindos. Sucesso nessa carreira, porque o dom da educação é um dom de poucos. E o futuro do nosso país são vocês que começam a ajudar, também, a construir.

Um abraço.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Tiago Correia pelo tempo de até 5 minutos. Não se encontra. (Silêncio)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não havendo mais inscritos no Pequeno Expediente, nós passaremos agora para o Grande Expediente.

Eu concedo a palavra ao deputado inscrito, o nobre deputado Alan Sanches pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Obrigado, presidente. Mas queria, primeiro, fazer uma questão de ordem e solicitar a verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Paulo Rangel: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel: Sr. Presidente, eu queria, antes de fazer a minha questão de ordem, convidar todos os deputados aqui presentes, deputados que se encontram no

cafezinho, deputados que se encontram nos gabinetes a se fazerem presentes, até porque hoje nós temos dois projetos importantíssimos a serem votados nesta Casa.

Um, trata-se de um empréstimo de 118 milhões voltado para projetos de desenvolvimento na Mata Atlântica; e o outro, trata-se de importante projeto que diz respeito à liberação de créditos contidos numa conta especial como forma de aliviar a participação do Tesouro nas despesas decorrentes das aposentadorias dos servidores do estado.

Portanto, nós temos neste momento um pedido de quórum para a continuidade da sessão. Eu peço, então, que V. Ex.^a dê o tempo regulamentar de 15 minutos, acione as companhias e faça nominalmente a chamada dos deputados que se encontram ausentes neste momento.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputados Alan Sanches e Paulo Rangel, nós encaminharemos, sim, a questão de ordem.

Eu solicito ao suporte técnico que zere o painel e marque o tempo de 15 minutos.

Portanto, convido os nobres deputados e deputadas para que compareçam ao Plenário porque há, aqui, uma solicitação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Portanto, convido a todos deputados e deputadas a virem, dentro do prazo regimental, para que a nossa sessão possa continuar. (Pausa)

Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, por favor, compareçam à sessão plenária porque há uma questão de ordem. Os deputados e deputadas que estão em seus gabinetes, que estão na biblioteca, pesquisando para fundamentar os seus projetos de lei, que estão nas redes sociais, no computador, fazendo pesquisas sobre legislação, compareçam ao Plenário porque há um pedido de quórum.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados ausentes.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vinte e dois deputados. Já há quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre deputado Alan Sanches pelo tempo de 25 minutos, no Grande Expediente.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, agora eu acho que dá para a gente começar a falar. Sr. Presidente, deputados, deputadas, demais cidadãos que estão nos acompanhando por diversos meios de transmissão, deputado Vitor Bonfim...

Deputado Vitor Bonfim, V. Ex.^a que é sempre um estudioso do Orçamento, eu queria, aqui, fazer uma leitura, justamente, do relatório do Tribunal de Contas sobre a Agerba, da qual, inclusive, seu irmão Guilherme já foi diretor e, com certeza, conhece muito sobre o que a gente vai tratar.

O próprio TCE começa falando da falta de ação e de fiscalização da Agerba com relação ao contrato da Bahia Norte. Um resumo inicial.

(Lê) *“O presente relatório refere-se à auditoria da Prestação de Contas da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia (AGERBA), exercício 2021. O trabalho teve por objetivo fundamentar opinião sobre o cumprimento das disposições legais pertinentes*

(incluindo o adequado atendimento às finalidades atribuídas em sua lei de criação), a regularidade da execução orçamentária/orçamentária e a fidedignidade das informações apresentadas na prestação de contas, conforme Plano de Auditoria integrante do Relatório de Planejamento. As análises realizadas evidenciaram achados relacionados a aspectos operacionais, orçamentários/financeiros e jurídicos, não tendo sido impostas limitação no tocante ao escopo e ao método utilizado nos trabalhos. Ao final dos trabalhos, o opinativo da Auditoria – do Tribunal de Contas do Estado – foi pela desaprovação da referida prestação de contas, com aplicação de multa aos Gestores e sugestão de responsabilização de agentes públicos, além de propostas de determinações e de encaminhamento de cópia..."

O que fala é que essa análise do Tribunal de Contas do Estado foi fundamentada pela falta de fiscalização da Agerba. A Agerba não cumpriu o papel para o qual ela foi criada. Falando isso, dando continuidade: (Lê)"...a insuficiência de controles, para a fiscalização das concessões do serviço público, em desatenção aos normativos aplicáveis, acaba por impactar em risco para o estado, uma vez que os serviços decorrentes da exploração, de responsabilidade privativa do Estado, têm sido prestados por terceiro sem delegação e sem seguro do bem utilizado.

Diante do exposto, resta evidenciada a regularidade das concessões mencionadas, uma vez que um desacordo com o quanto requerido pela legislação aplicável, evidenciando, mais uma vez, a ineficaz atuação da AGERBA, que deveria fiscalizar o serviço público do SRI."

Eu estou lendo o relatório do TCE pela desaprovação das contas da Agerba.

(Lê) "Adoção de ações imediatas com vistas à regularização – do que ela não vem cumprindo – das concessões existentes na forma determinada de legislação.

Fragilidade e insuficiência na fiscalização do Contrato de Concessão nº 001/2010."

Das análises desse contrato, ele relata a inação da Agerba em relação à não conclusão da duplicação dos trechos referentes aos quilômetros 0 a 3 da rodovia BA-093, deputado Raimundinho da JR, deputado Eduardo Alencar, em desatendimento ao estipulado nesse contrato. Das análises feitas, verificou-se o atraso na entrega dessa duplicação.

Para que V. Ex.^{as} tenham conhecimento, essa duplicação, contratualmente, era para ter sido feita 3 anos após a criação desse consórcio, porque, justamente, já tinha feito muita coisa, é o que a gente entende, e dando os 3 anos já dava para ela se calçar financeiramente para poder fazer essa duplicação.

Passados 3 anos, quando você não cumpre o contrato a administração pública tem que, primeiro, questionar e exercer o seu papel fiscalizador. Não houve isso. Quando a auditoria fez, 7 anos depois, essa fiscalização nas contas da Agerba, o que acontece? A Agerba, posteriormente, disse que tinha solicitado isso. Ou seja, ela precisou de uma provocação do Tribunal de Contas para que fosse feita alguma coisa, alguma medida fosse tomada. E o que acontece? Em 2021, se iria começar, que era o prazo; em 2020, se iria começar, que era esse o prazo. Botaram uma placa.

E vocês vejam qual foi o cuidado do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas achou pouco avaliar, deputado José Raimundo, o que era encaminhado documentalmente e foi *in loco*, foi fazer essa fiscalização *in loco*. Inclusive, o relatório traz fotos das localidades – feitas pelo Tribunal de Contas. Assim sendo, com o escopo de verificar se a obra já estava concluída, a auditoria foi a campo e identificou que a duplicação do subtrecho ainda não findou, encontrando-se paralisada, sem a devida entrega, conforme as fotos de julho de 2022. Há 1 ano e 2 meses.

Assim sendo, com efeito à não entrega da obra, dessa obra tratada tempestivamente, e à não adoção das medidas cabíveis, respectivamente, implica descumprimento do instrumento contratual por todos esses anos, colocando em risco a segurança dos usuários dessa rodovia vez que esse subtrecho a ser duplicado possui um tráfego extremamente intenso que sobre uma pista simples poderá acarretar um maior número de acidentes.

Além disso, ele traz a falta de relatórios que tem, contratualmente, que serem apresentados à Agerba e que não estão sendo com transparência. Ou seja, nós sabemos que existem muitos julgamentos nas contas públicas, levando sempre um teor subjetivo, um teor político, mas quem está reprovando as contas da Agerba é o Tribunal de Contas do Estado. Desaprovando as contas de 2021.

Mas o que eu queria chamar... eu não vejo aqui nenhum dos deputados chamando a atenção sobre o tema Agerba. Quando a gente fala dos topiqueiros, das vans que fazem o transporte alternativo, a primeira a fiscalizar esses homens e essas mulheres, pais de família, é a Agerba canetando, botando multa de R\$ 4 mil, inviabilizando a sobrevivência de todas essas pessoas, esses motoristas. Mas quando é para fiscalizar quem tem dinheiro, a Agerba não tem a mesma agilidade.

Então, eu deixo aqui essa reflexão para que V. Ex.^{as} possam fazer e que o governo possa, de alguma forma, tomar alguma medida e dar a resposta que a sociedade quer, que é a duplicação desse trecho da BA-093 nesse subtrecho do KM-0 ao KM-3.

Então, tenham a certeza de que quando a gente vem aqui, a esta tribuna, e de alguma forma a gente chama atenção, eu espero que o governo do Jerônimo Rodrigues, deputado Eduardo Alencar, possa, inclusive para viabilizar a sua trajetória ali de Simões Filho para Camaçari, e que possa também ajudar meu amigo Raimundo da JR e minha querida amiga deputada Kátia Oliveira, que a gente possa contar com esses três deputados para que possa solucionar...

Quando eu falo aqui, Binho Galinha, deputado Binho Galinha, eu não falo só para ser chato. As contas da Agerba foram desaprovadas, dentre outras coisas, pela falta de fiscalização. Agora, V. Ex.^{as} imaginem, é uma agência que foi criada para regular aquele tipo de atividade e fiscalizar, e ela não cumpre esse papel. Uma agência grande, uma agência poderosa, uma agência com orçamento, e ela não faz isso.

Então, a gente precisa saber por que ela é tão intensa para fiscalizar os topiqueiros? Eu queria que o deputado Robinson Almeida pudesse justificar, porque a Agerba é danada, é muito ágil, muito célere para fiscalizar os topiqueiros, os donos de van, o transporte alternativo, pessoas que precisam daquele serviço para que possam sustentar as famílias, mas não é da mesma forma quando se fala de grandes empresas...

O Sr. Raimundinho da JR: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. Tiago Correia: Um aparte, deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) que vêm fazendo o que querem durante anos, anos. Metade, praticamente, desse contrato já vencido e ela não toma uma providência.

Espero que, agora, com a desaprovação das contas da Agerba ela possa, realmente, trazer uma resposta.

Com a palavra o deputado Raimundinho da JR; e depois, Tiago Correia.

O Sr. Raimundinho da JR: Sr. Presidente, boa tarde, nobres colegas, eu quero aqui ratificar a sua palavra, colega deputado Alan Sanches. Eu tive o desprazer de cobrar diversas vezes da Bahia Norte.

Parece até piada: você já viu alguma vez em sua vida uma faixa de pedestre e se colocar a placa de sinalização após a faixa? Pois, de tanta cobrança que eu fiz a essa tal de Bahia Norte, que é uma vergonha - ela está entrando no mesmo sistema da Viabahia -, ela colocou. Depois de 14 anos que se faz esse pleito, a única coisa que ela foi fazer... Porque eu disse a ela: se tiver algum acidente naquele trajeto da BA-093, no município de Dias D'Ávila, que tem dois colégios na beira da BA, eu vou colocar a responsabilidade no nome de Dr. Guilherme, que é o diretor da Bahia Norte. Ele, simplesmente, com muita cara de pau, depois de muita briga, mandou abrir uma faixa de pedestre num local inadequado.

Então, a gente vê a falta de compromisso e de respeito que a Bahia Norte tem e vem praticando em nosso estado. É por isso que eu quero deixar aqui meu desabafo, que essa Bahia Norte está entrando no mesmo sistema da Viabahia. E o nosso governador jamais vai deixar isso passar em branco, porque eu acho isso uma vergonha com nossos usuários.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ALAN SANCHES: Incorpo o aparte de V. Ex.^a, deputado Raimundinho da JR.

Eu estive, há um tempo, com, justamente, a diretoria do consórcio, quando questionei aqueles alagamentos enormes que estavam acontecendo em São Cristóvão, na CIA-Aeroporto, agora, no período da chuva, que está inundando, deixando os prédios, as casas das famílias, os imóveis mais de 1 metro abaixo da água. Isso só começou a acontecer após essa construção da Bahia Norte que afunilou algumas drenagens que existiam.

Imaginem V. Ex.^{as} comprarem o seu apartamento, com toda dificuldade, pagando financiamento e, depois que fazem uma duplicação, você diz: “Vai ser valorizado o meu imóvel!” Mas não! Foi pior, porque começou a desvalorizar o imóvel dessas pessoas, além de colocar em risco a vida delas, destruindo imóveis, carros. Imaginem, toda vez que começa a chover forte em Salvador, na região de São Cristóvão, Jardim das Margaridas, as famílias começam a ficar alvoroçadas e apavoradas porque a sua casa pode estar começando a ser inundada.

O Sr. Tiago Correia: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES: Quando eu tive essa conversa, há mais ou menos 45 dias, eles estiveram comigo e disseram que iam tomar essas providências com relação a esses alagamentos constantes que acontecem ali na CIA-Aeroporto. Eu espero que,

da mesma forma, essa mensagem chegue a esse consórcio, para que possa, de uma vez por todas, resolver e sanar esse problema.

Com aparte o deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Deputado Alan Sanches, muito oportunas as colocações de V. Ex.^a, principalmente no que diz respeito à falta da execução da tarefa principal da Agerba, que é fiscalizar. E nós vemos diversos deputados abordando o transporte rodoviário, mas sabemos o quanto a Agerba é silenciosa em relação ao transporte hidroviário.

Nós temos o sistema ferryboat totalmente sucateado, que, por diversas vezes, aparece na imprensa de maneira depreciada, mostrando que realmente aquele meio de transporte, importante para grande parte da população que precisa acessar ou sair da capital, tem um sistema totalmente ineficiente, arriscado, colocando em risco, inclusive, a vida dos passageiros. Quantas vezes os ferryboats ficaram à deriva? E por que não falar do transporte hidroviário também na lancha de Mar Grande? Inclusive, com acidentes que provocaram vítimas fatais e, até hoje, essas famílias aguardam um posicionamento da Justiça.

Mas isso mostra a deficiência de um órgão extremamente importante, que vai além do transporte rodoviário, e tem deixado realmente a população baiana desassistida de um transporte de qualidade, justamente pela falta dessa fiscalização. E o que nós vemos é, ao final de cada ano, a Agerba autorizar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o aumento da cobrança das passagens, seja do ferryboat, seja da lanchinha de Mar Grande, enfim, mas oferecendo um péssimo serviço à população.

Então queria me associar às palavras de V. Ex.^a e dizer que é muito pertinente o assunto que V. Ex.^a traz, porque realmente esse órgão precisa ser dirigido de uma forma mais séria para oferecer um melhor tratamento a todas as baianas e baianos que precisam desse meio de transporte.

O Sr. ALAN SANCHES: Incorporo o aparte de V. Ex.^a. E, dizendo isso, eu não entrei nem no mérito do serviço que é feito pelo ferryboat, deputado Tiago Correia, porque parecem com a fantasia – porque, até hoje, para mim, é uma fantasia – da construção da Ponte Salvador-Itaparica. São 13 anos de anúncios e, até hoje, a gente não vê uma brita colocada na Baía de Todos-os-Santos.

São estudos, dinheiro jogado fora, são mais de R\$ 300 milhões nessa avaliação, nesse estudo, deputada Maria del Carmen, e não tem uma brita colocada na Baía de Todos-os-Santos. Todos os governadores que entraram anunciaram que tal dia começava. Foi o ex-governador Jaques Wagner; foi o ex-governador Rui Costa; e agora, da mesma forma, criando essa esperança fantasiosa, o governador Jerônimo também cria essa fantasia de que vai começar a ponte.

Eu espero... Porque é um sonho de todos nós, que temos um trabalho muito grande, ali, no Recôncavo, e isso iria nos poupar, levar desenvolvimento para a nossa região de Santo Antônio de Jesus, Muniz Ferreira, Aratuípe e toda essa região de São Felipe ia ser muito bem assistida e desenvolvida.

Mas, meus colegas deputados, eu queria trazer algo também, porque fui provocado por um amigo que falou que, na época, quando ACM Neto foi candidato a prefeito, ele sempre falava em segurança e que a prefeitura deveria fazer a sua parte, mesmo sabendo que segurança pública é um dever do governo do estado. Mas, questionado sobre isso, o próprio prefeito ACM Neto...

O Sr. Eduardo Alencar: Deputado Alan...

O Sr. ALAN SANCHES: (...) bem como hoje o prefeito Bruno Reis tem limitações...

O Sr. Eduardo Alencar: Deputado Alan...

O Sr. ALAN SANCHES: (...) constitucionais. Sendo assim...

O Sr. Eduardo Alencar: Deputado Alan...

O Sr. ALAN SANCHES: Eu não estou ouvindo a sua voz, deputado...

O Sr. Eduardo Alencar: Deputado, um aparte, por favor.

O Sr. ALAN SANCHES: Um aparte a V. Ex.^a.

O Sr. Eduardo Alencar: Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu querido amigo, deputado Alan Sanches, concordo plenamente com V. Ex.^a nas dificuldades da Agerba com a fiscalização, em determinado momento. Mesmo porque V. Ex.^a foi muito feliz...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Solicito silêncio, há um orador falando.

O Sr. Eduardo Alencar: (...) nas suas colocações quanto à fiscalização dos menos favorecidos, principalmente nas vans, que prestam um excelente trabalho. Acho que a Agerba deveria fiscalizar, organizar e botar para funcionar, mesmo porque nós temos as vans da Linha Verde que rodam para Mata de São João e essa cooperativa de mais de cem pais de família que rodam para lá tem uma liminar da Justiça os autorizando a rodar. E eles estão sendo fiscalizados pela Agerba, que está punindo, dando multas altíssimas a esses pais de família que vivem daquilo ali. Se têm capacidade para fiscalizar as cooperativas que rodam, também deveriam ter capacidade de fiscalizar as grandes empresas que prestam um péssimo serviço no nosso estado. Então concordo plenamente com V. Ex.^a.

O Sr. ALAN SANCHES: Perfeito, deputado. Foi disso que eu vim falando, da agilidade, da forma célere que a Agerba faz para fiscalizar os “topiqueiros”, vans e transportes alternativos, mas não é da mesma forma para fiscalizar os grandes.

Então precisava, sim, que ela tomasse algum tipo de atitude. Se ela não toma, quem tem de tomar é o governador. O líder, mais uma vez, tem de aparecer, neste momento, e dar o tom da administração que ele quer, deputado Eduardo Alencar. Porque essa falta de fiscalização acaba prejudicando todos nós, todas as pessoas que transitam ali. E eu não defendo, não estou fazendo uma defesa em causa própria, porque V. Ex.^a sabe que não é uma área de militância minha essa região de Camaçari e Simões Filho, mas, como deputado estadual e fiscalizador do Poder Executivo, me sinto na obrigação. Nós precisamos, sim, chamar a atenção e tomar as medidas cabíveis para que isso seja resolvido.

Falando isso, deputado, eu queria chamar a atenção para algo. Porque eu estava falando que o ex-prefeito ACM Neto... A Guarda Civil Municipal foi criada, como eu falei com V. Ex.^a, na época de V. Ex.^a, me parece, quando era prefeito e, também, do ex-prefeito João Henrique, só que ela foi criada apenas para fazer, digamos assim, a proteção patrimonial. E, com os próprios questionamentos de ACM Neto e, depois, do Bruno Reis, inclusive, também com a mudança da lei federal, foi que se começou a equipar mais a nossa guarda municipal.

E, hoje, a Guarda Civil Municipal, com investimento de mais de R\$ 18 milhões feito pelo prefeito Bruno Reis, bem como o chamamento de mais de 220 servidores e servidoras para o corpo da guarda municipal, hoje, quem anda em Salvador sente a presença ostensiva da guarda municipal, seja em carros, seja em patrulhas, viaturas, há a presença dos homens, entendeu? Estão sempre fazendo essa segurança da nossa cidade de Salvador.

Eu sempre digo que fez uma modificação, inclusive, na parte estrutural, dando dignidade e condições de trabalho – o Bruno fez essa entrega – deu condições de trabalho para aqueles homens e mulheres da guarda municipal para que possam defender ainda mais, não só o patrimônio, mas a vida de todos nós.

Então poderia trazer até dados, se precisarem, de todo o investimento que ele faz, embora não seja obrigação constitucional do prefeito da cidade. Mas ele faz a sua parte, como fez no Pelourinho, depois dos avanços da criminalidade ali, no Centro Histórico, com o turista, com o visitante ou com os jornalistas, que também foram atacados ali, no Centro Histórico. Então, mesmo não tendo a obrigação, mas na ausência, na falência do governo do estado na segurança pública, quem está fazendo muitas vezes esse papel é a guarda municipal, é a Prefeitura de Salvador.

Então não podem neste momento querer questionar Salvador com relação à segurança pública, porque, não é sua obrigação constitucional – a obrigação moral é de todos nós –, mas a obrigação constitucional da segurança, de dar segurança pública, quem recebe o Orçamento federal para isso é o governo do estado, que não tem feito a sua parte, mas que nós, enquanto Prefeitura...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de Salvador, estamos fazendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao deputado Hilton Coelho, representando o Psol, pelo tempo regimental.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, eu ocupo esta tribuna para falar da experiência que tivemos hoje com a audiência voltada a discutir a violação dos direitos dos povos indígenas na Bahia.

Antes disso, eu quero ressaltar que a Bahia, sozinha, tem 15% de toda a população indígena do Brasil. São mais de 30 povos aqui e, infelizmente, a Bahia,

possuindo a segunda população indígena do Brasil, tem também o maior número de assassinatos de lideranças indígenas. Foi precisamente isso que fez com que a audiência pública fosse uma experiência fortíssima, marcada pelo sentimento de luta desse povo, dos nossos povos, que agora, muito recentemente, obtiveram uma vitória importantíssima que foi a negação do marco temporal. Foi uma vitória que muitos achavam que não poderia acontecer, mas os povos indígenas permanecem em luta porque eles permanecem tentando garantir a sua própria existência.

E, aqui na Bahia, a situação é realmente dramática. É uma mescla de relação do velho coronelismo com os esquemas do agronegócio, da mineração, do turismo de grandes empresas que, simplesmente, tentam expulsar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) os povos indígenas de terras que são consagradas pelos diversos povos.

Só para concluir, Sr. Presidente, ao lado dessa situação de segurança pública, os coronéis, os grandes poderosos nessas regiões acessam uma espécie de pistolagem da própria polícia, Polícia Militar e Polícia Civil. Além disso, nós temos uma situação da não titulação desses territórios...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) indígenas, em que 80% dos territórios reivindicados pelos povos indígenas não foram titulados. Essa é uma grande dívida do Estado brasileiro e que precisa ser resolvida pelo governo de Lula. Não dá mais para nós ficarmos nessa situação de ver jovens indígenas sendo assassinados, jovens lideranças no interior da Bahia assassinadas, os povos acuados tendo de entrar num confronto aberto com essa pistolagem, porque simplesmente seus territórios não foram reconhecidos ainda.

Nossa audiência pública foi muito produtiva nesse sentido e apontou vários caminhos de como esta Casa deve intervir, chamando a Secretaria da Segurança Pública, convocando o governador Jerônimo para discutir o tema também, assim como se fazendo presente em Brasília para destravar esse reconhecimento e titulação dos territórios dos povos indígenas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Hilton Coelho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria, ou o líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 13 minutos.

O Sr. Paulo Rangel: Sr. Presidente, vão falar, pelo tempo de 4 minutos, o deputado Júnior Muniz; pelo tempo de 5 minutos, a deputada Fabíola Mansur; e, pelo tempo de 4 minutos, o deputado Zó.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Portanto, com a palavra o deputado Júnior Muniz.

Por favor, o pessoal da técnica controla o tempo.

O Sr. JÚNIOR MUNIZ: Quero começar cumprimentando o meu querido amigo deputado José Raimundo, presidente desta sessão. Também quero cumprimentar as deputadas, os deputados e a imprensa aqui presente.

Eu venho aqui, presidente, a esta tribuna, falar do grande evento que fizemos, no último sábado, em comemoração ao aniversário do secretário de Relações Institucionais do governo do estado, Luiz Caetano, em Camaçari. Nós fizemos uma festa para amigos, mas a cidade de Camaçari compareceu em peso. Então virou festa de largo!

Venho aqui para parabenizar o nosso querido secretário, ex-prefeito, ex-deputado desta Casa, ex-deputado federal e, hoje, secretário. E tenho certeza de que o futuro reserva ainda muitas coisas para ele que faz um grande trabalho na Secretaria de Relações Institucionais. E não tenho dúvida de que Camaçari em peso foi abraçar Caetano no último sábado, ali na Gleba B.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, também quero convidá-los para que, no próximo dia 28, possamos estar juntos para comemorar o aniversário da cidade de Camaçari. Será uma festa linda, uma festa da população e do povo de Camaçari! E eu quero convidar os meus colegas deputados para, se possível, se fizerem presentes ali para que juntos possamos comemorar o aniversário daquela cidade linda que está completando mais 1 ano.

Presidente, nós tivemos uma surpresa que não foi tão grata. A CLN, que é a concessionária que faz a Linha Verde, ali na Estrada do Coco, aumentou o pedágio. O pedágio que era de R\$ 7 foi para quase R\$ 13. Isso é um absurdo! Aumentou mais de 50%! Então o presente que Camaçari ganhou, que vai ganhar no seu aniversário vai ser o quê? Vai ser o aumento do pedágio.

Então eu quero convidar aqui os colegas deputados para que defendam que a CLN reveja que não tem nenhuma infraestrutura para aumentar o pedágio em quase 50%.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, também venho a esta tribuna para ser solidário ao meu amigo prefeito da cidade de Presidente Dutra, o prefeito Robertão. Ele é um prefeito com quase 94% de aprovação, que, nos últimos dias, foi atacado por parte da imprensa por uma fala maldosa, uma fala inconveniente de um colega deputado, de um colega da base. Mas quero dizer que não estou aqui para falar do colega, mas para falar das obras do prefeito Robertão, um dos melhores prefeitos da Bahia! Robertão entregou, só nesses últimos anos, com a parceria do governador Rui Costa, pavimentação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) dos povoados de Água Clara, Alto Bonito e Gameleira; reforma do estádio municipal; reforma do mercado, que entregou na última semana; pavimentação em TSD, em asfalto, Sr. Presidente, ligando Campo Formoso a Matinha de Brito, aproximadamente 10 quilômetros, a pedido do nosso mandato. Também, juntamente com o governador Jerônimo, o prefeito Robertão entregou um colégio estadual em tempo integral. E obras e obras irão acontecer! E espere a Oposição, fique sabendo, que a ligação para o Ramos também vai sair porque o governador Jerônimo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) já autorizou.

Então venho ser solidário ao prefeito Roberto, um dos melhores prefeitos da Bahia, um dos melhores prefeitos da região de Irecê, presidente do consórcio de saúde da região de Irecê, que faz um grande trabalho. Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu venho aqui me solidarizar com o prefeito Roberto.

E quero dizer, Roberto, que o povo de Presidente Dutra te conhece, o povo de Presidente Dutra sabe quem é você. E não tenho dúvida de que as eleições...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado...

O Sr. JÚNIOR MUNIZ: (...) vão mostrar os 94% que aparecem na pesquisa.

Um abraço e muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Passo a palavra à deputada Fabíola Mansur, para ocupar o tempo de 4 minutos, a segunda fração do tempo partidário...

O Sr. Paulo Rangel: Serão 5 minutos. Zó falará por 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, pelo tempo de 5 minutos, a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, subo a esta tribuna mais uma vez para saudar a presença do secretário Marcelo Werner, da Dr.^a Heloísa Brito, do subcomandante Machado e de todo o colegiado de coronéis. Naquela ocasião, de forma suprapartidária, nós, da Assembleia Legislativa, nos colocamos à disposição para apoiar as iniciativas de segurança.

V. Ex.^a fez uma fala muito importante no que diz respeito ao que são os índices de segurança da Bahia, os índices de violência, que dizem respeito à desigualdade histórica que nós temos em nosso estado e falam da importância de termos as iniciativas na área de educação e na área de cultura para a promoção da igualdade e justiça social.

Então, nesse sentido, eu quero aqui parabenizar a secretária Adélia Pinheiro, o governador Jerônimo, pelo chamamento de 1,3 mil profissionais, sendo 1.145 professores e 173 coordenadores, que vão atuar nos núcleos territoriais de educação, já começando em seguida. Porque educação é valorizada pelo nosso governador Jerônimo e havia uma demanda muito forte pelo chamamento desses professores.

Quero também celebrar uma audiência onde esteve presente nosso mandato, como ex-presidente da Comissão de Educação e integrante da Comissão de Educação, junto ao secretário Edelvino Góes e os dirigentes da Aceb, para tratar de dar celeridade, deputado Antonio Henrique, ao chamamento dos herdeiros que têm direito aos precatórios do Fundef, que já têm alvará de Justiça, para que eles possam receber a primeira e a segunda parcelas dos precatórios do Fundef.

Isso é muito importante porque, não sei se sabem, nós temos contemplados ativos, nós temos também pensionistas, aposentados e temos seus herdeiros. Talvez, esses herdeiros tenham acompanhado seus pais e mães professores, por anos e anos a

fio, brigando na Justiça pelo recebimento dos precatórios do Fundef e nada mais justo do que darmos celeridade a isso. E tivemos o compromisso do secretário Góes, de, junto à Secretaria da Educação, dar celeridade a esse processo para que esses precatórios possam serem recebidos.

Então a pauta da educação é extremamente importante e eu quero parabenizar o nosso governo por esse chamamento, que também era uma demanda da categoria desde as provas que foram realizadas em 2022. Também quero saudar as ações na área de cultura.

Nesse mesmo dia, deputado Hassan, recebemos todo o colegiado da segurança. E quero parabenizar o nosso governador pelos investimentos; pelo chamamento de policiais civis e militares; pela aquisição de novos armamentos; dando mais capacidade para a nossa segurança pública; e pelos três “is”, que são: integração, entre o governo federal, o governo estadual e municipal, porque segurança é um tema que precisa ser nacionalizado; inteligência – e quero parabenizar as ações de inteligência, que já conseguiram capturar mais de mil meliantes –; e, também, de integração entre as forças. Isso é muito importante.

Vejam que a gente tem as ações repressivas, que são lá na segurança, além dos programas que temos de apoio às mulheres, com a criação do departamento de enfrentamento à violência, os programas da juventude, de combate às drogas, mas nós temos também o incentivo na área de educação, como já foi dito, com vários programas, bem como na área da cultura. Esteve lá presente o secretário Bruno, que, lança, hoje, efetivamente, o primeiro dia dos editais que vão destinar R\$ 150 milhões, entre os vários editais, que podem beneficiar inúmeros produtores e produtoras culturais, sobretudo na área de audiovisual, contemplando cotas, sendo 50% para a negritude e 10% para a...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) população indígena, o que ajuda muito a Bahia, que é da cultura, que é da diversidade e que tem na juventude esse caráter de poder acessar verba pública com a Lei Paulo Gustavo. E a Bahia, com certeza, teve inscrição nos 417 municípios.

Então quero saudar as boas notícias na área da educação e na área da cultura, que são compromissos do nosso governo e, certamente, fazem parte da política...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de segurança pública do nosso estado, porque segurança é também oportunidade para a juventude, renda para os nossos jovens, oportunidades através de educação e, também, oportunidades na área cultural, que é a vocação do nosso estado.

Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada Fabíola Mansur.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o deputado Zó, pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. ZÓ: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, o que me traz à tribuna é a denúncia de um grave crime ambiental que aconteceu e está acontecendo na nossa cidade. Quem conhece Juazeiro e quem por lá já passou sabe bem do que eu vou começar a falar agora. Lá, tem um parque chamado Parque Lagoa de Calu, uma obra feita pelo governo estadual através da Conder, acho que pelos idos de 2005 ou 2006. Fica ali entre os bairros de Lomanto Júnior e do Alto da Maravilha, entre os dois bairros, uma área bonita, onde tem uma biodiversidade, e que é abastecida, Eures, pelas águas sagradas do Rio São Francisco, através de uma adutora.

Lá, durante todos os governos: Misael, Isaac, Paulo Bomfim, todos eles, foram feitas limpezas sem precisar secar a lagoa. Pois, pasmem, nessa gestão agora – eu não sei se é uma mistura de irresponsabilidade e incompetência ou se é falta de conhecimento mesmo –, para fazer a limpeza da lagoa, resolveram secá-la. Mas não tomaram as providências sobre o que seria feito com os peixes, com os cágados – uma espécie de tartaruga que habita o Rio São Francisco – com as cobras, com os sapos, com todo tipo de bicho que tinha lá. E o que aconteceu? A lagoa secou, os peixes morreram, uma parte dos cágados morreu, uma parte migrou para a casa dos moradores que margeiam o parque e outra parte a população resolveu socorrer com baldes, tirando-os e levando-os para o Rio São Francisco.

Hoje, o Inema esteve lá por solicitação nossa, por solicitação do vereador Dr. Salvador, e estava lá a turma da prefeitura recolhendo os animais. O comunitário Francisco, que é da Codevasf, saiu de um bairro longe para socorrer, além de várias pessoas que foram socorrer esses animais. E disseram que daqui a 2 dias – essa é a conversa que a gente sabe – vai ter água na lagoa.

Ou seja, eles não vão limpar a lagoa seca, como eles queriam fazer. Primeiro, mataram, praticamente, todos os animais que ali habitavam e, agora, vão encher de novo a lagoa e não vão fazer a limpeza da lagoa seca, como eles queriam. Podem fazer com ela cheia, como todas as outras gestões fizeram.

Então essa mistura de incompetência, que já acabou com o Interbairro e, praticamente, acabou com o Interdistrital, acabou com o São João dos Bairros e, agora, quer acabar com a vida aquática ali.

E é essa a prefeita que diz que está levando a Travessia Urbana para Juazeiro, a travessia que o governo Lula está levando agora. Essa prefeita não consegue cuidar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do meio ambiente, do Parque Lagoa de Calu, e está fazendo esse desserviço, acabando com o parque, matando os animais. E a gente acionou o Inema e espera que sejam tomadas as devidas providências. A gente não pode deixar Juazeiro ser destruído da forma que está sendo destruído.

Por isso, a gente pede providências ao Inema, pede providências aos órgãos fiscalizadores, ao Ministério Público (MP), para que a cidade de Juazeiro não seja destruída por essa gestão.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou o líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB/PDT, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Por 5 minutos falará o deputado Luciano Simões e, pelos 5 minutos restantes, o deputado Leandro de Jesus.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Luciano Simões, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Sr. Presidente, amigos e amigas da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, o que me traz à tribuna, na tarde de hoje, é para trazer a verdade do que realmente aconteceu no município de Abaíra, nesse final de semana, no ocorrido Festival da Cachaça, festa tradicional, de mais de 40 anos, nessa cidade.

Meu colega, o deputado Marquinho Viana, esteve aqui e contou a versão dele do que aconteceu naquele município. Cabe aqui um importante esclarecimento: Diga, o prefeito daquela municipalidade, é um grande homem público, conhecido em toda a Bahia, principalmente, na região da Chapada Diamantina. Prefeito daquele município por quatro mandatos, sempre com uns mandatos melhores do que os outros. Este mandato realmente se destaca demais dos quatro anteriores. A cidade é um canteiro de obras e é uma organização. Realmente, é um município diferenciado.

O deputado Marquinho Viana veio à tribuna para dizer da desorganização que aconteceu lá. Aqui, cabe um esclarecimento. Houve, sim, uma decisão judicial de segundo grau que está em minhas mãos, movida pela Associação Comunitária de Fazenda Malhada, no que tange à atração Marcynho Sensação, fruto de emenda parlamentar do deputado Marquinho Viana, atração essa, presidente, que tocou no XVIII Festival da Cachaça, no município de Abaíra.

O cantor Marcynho Sensação foi comunicado que a praça estava à disposição dele para ele tocar, conforme os termos da decisão judicial do plantão judiciário, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que consta na decisão, segundo o desembargador.

(Lê) “(...) Ante o exposto, entendo que estão presentes os requisitos legais, razão pela qual defiro o pedido de tutela provisória para determinar ao Município Réu que se abstenha de proibir o evento que será realizado, com patrocínio do Governo do Estado (SUFOTUR), no dia 24/09/2023, das 16:00h às 20:00h, na praça Francisco Pereira, onde se apresentará o cantor Marcynho Sensação.” E aconteceu.

A contrariedade do deputado Marquinho Viana, que subiu a esta tribuna, é porque não houve a entrada do trio elétrico na cidade para a apresentação do cantor Marcynho Sensação. Em momento algum, na decisão judicial do Tribunal de Justiça, há uma menção ao trio elétrico ou obrigando a Prefeitura Municipal de Abaíra dar oportunidade para a entrada do trio elétrico para a atração de Marcynho Sensação.

Corroborando com a decisão judicial, foi expedido, pela Prefeitura Municipal de Abaíra, um Decreto nº 170/2023, de 31 de agosto de 2023, que (lê) “*Decreta suspensão de festividades particulares em todo o Município, em local público ou privado entre*

os dias 15 e 30 de setembro, sem autorização do Município por meio de competente Alvará, e dá outras providências.”

Entre os considerandos, estão o seguinte:

(Lê) “(...) Considerando o evento tradicional denominado ‘Festival da Cachaça’ e a logística envolvida para manter a segurança dos munícipes e visitantes;

Considerando a segurança necessária para cada tipo de evento;

Considerando a dificuldade de logística de paredões, mini trio e trio elétrico, devido toda estrutura que será montada para o festival. (...)”

Ainda nesse decreto, o art. 2º diz o seguinte.

(Lê) “(...) Art. 2º Fica suspenso em todo território do Município de Abaíra durante o período supramencionado a utilização de veículo acoplado com som, paredões, mini trio, trio elétrico e assemelhados, nas festividades particulares, independente se grande, médio ou pequeno porte, sem a devida autorização municipal.”

Para quem não conhece, Abaíra é um pequeno município na região da Chapada Diamantina que, como praticamente quase todos os municípios...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de pequeno porte, no estado da Bahia, possui pequenas vias. E vocês imaginem o Festival da Cachaça, em Abaíra! Esta é uma tradição há 40 anos. Existe uma quantidade de gente nas ruas principal e adjacentes, mais a praça principal. Ele ainda queria um trio elétrico de grande porte. Isso iria inviabilizar totalmente o festival e a questão da segurança naqueles dias.

Fica aqui o nosso que esclarecimento e reafirmando a rigidez...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da Prefeitura Municipal de Abaíra para fazer um grande festival com segurança, como aconteceu, para os visitantes e os habitantes daquele município.

Parabéns ao prefeito Diga e a toda a sua equipe.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Marquinho Viana: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Marquinho Viana.

O Sr. Marquinho Viana: Nobre presidente, como fui citado pelo nobre e competente colega Luciano Simões Filho, eu tenho de dar uma resposta.

É o seguinte. Eu estava presente, estava lá e vi. O prefeito é muito conhecido, nobre presidente, como um cara truculento. Ele acha que o município é dele. Então, só respondendo, nós fizemos tudo combinado previamente. Encaminhamos ofício pedindo. Ele mandou a secretária ir embora para não dar o recebido. Mandamos via correio. Entramos com ação. A mesma foi negada. Por último, foi negada a ação.

Então, para concluir, nobre presidente, queria dizer que aquele prefeito, que vai votar agora com o nobre presidente da Casa, Adolfo Menezes, esteve lá no município,

na sexta-feira, para prestigiar o show dele, vai votar agora com Adolfo. Então, Luciano, se está esperando o voto, pode desistir que não vai ter voto, não.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Encaminhe a questão de ordem.

O Sr. Marquinho Viana: Então, para concluir, eu quero dizer que a Bahia é, sim, uma cidade importante. Nós não íamos usar nada dele ou da prefeitura, porque ele não permite. Só permitiu que o Marcynho tocasse no palanque depois de ter vindo a decisão. Foi uma luta do comandante para poder tocar em cima do palco. Quando tocou, ele tirou a camisa em cima do palco, ficou sem camisa. Quem mandava era ele, que o homem lá era ele.

Então, havia vários homens embaixo. Ele recebeu vaias durante o tempo todo. Foi vaiado. Eu ajudei a vaiar, debaixo do palco. Fui para baixo para ele ver que eu estava vaiando ele.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Olha, questão de ordem... Na verdade, vamos ver se nós conduzimos a sessão...

O Sr. Alan Sanches: Eu não entendi a questão de ordem do deputado. Qual foi a questão de ordem?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A questão de ordem é para encaminhamento da sessão.

Então, quanto a essas matérias, vamos discutir nos horários que tem aí. Pede lá e discute, tendo o horário possível.

Abaíra é uma bela cidade. Eu conheço ali a Serra com 2.033 metros de altitude. Fiz trilha lá. Eu estive a 2 mil metros de altitude. Nada de pinga, nada de festa. Fui ver a natureza lá.

O Sr. Alan Sanches: Por 5 minutos, falará o deputado José de Arimateia.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo, portanto, pelo tempo de 5 minutos, com a palavra o deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, mais uma vez, eu venho a esta tribuna. Eu quero agradecer à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, na pessoa da presidente e deputada Maria del Carmen, pois hoje foi pautado o parecer ao Projeto de Lei nº 20.383, de 2013, repito, 2013, Sr. Presidente. Este projeto estava tramitando nesta Casa e hoje foi aprovado o parecer a este projeto que institui a Semana Estadual de Prevenção à Violência Contra a Criança e Adolescente no estado da Bahia e dá outras providências.

Esse projeto é de suma importância e, falando na criança e adolescentes, nós vamos ter agora, em 1º de outubro, a votação para escolher os novos conselheiros tutelares no estado da Bahia.

Mas, Sr. Presidente, eu tenho sempre vindo a esta tribuna preocupado com a questão dos municípios que ainda não criaram o Conselho Municipal do Idoso. Porém, há municípios que já criaram o Conselho Municipal do Idoso, mas a maioria não criou ainda o Fundo Municipal da Pessoa Idosa.

Como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, nós vamos ter, Sr. Presidente, no mês que vem, a partir de 1º de outubro, muitos eventos em alusão ao Dia Internacional das Pessoas Idosas e Dia Nacional do Idoso. Inclusive, o Congresso Nacional vai realizar uma sessão especial no dia 2 de outubro. Eu estarei lá, em Brasília, representando o estado da Bahia e como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Vamos ter, nesta Casa, no dia 5 de outubro, uma sessão especial em homenagem ao Dia Nacional do Idoso. Os Srs. Deputados estão convidados a participar. A participação de vocês será de suma importância.

No dia 11 de outubro de 2023, Sr. Presidente, nós vamos ter um importante seminário sobre a necessidade de criação do Fundo Municipal da Pessoa Idosa. Como os prefeitos podem criar um Fundo Nacional do Idoso? É uma parceria da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa com o Ministério Público da Bahia. Isso vai ser muito importante. Nós vamos mostrar para os prefeitos dos municípios, principalmente dos municípios que já têm um conselho, mas ainda não criaram o Fundo Municipal da Pessoa Idosa. Nós vamos ter um seminário da teoria à prática.

Vamos também ouvir municípios que já estão usando o Fundo Municipal da Pessoa Idosa, os benefícios que esse fundo traz para a população idosa de cada município. Esse seminário será no Salão Nobre do Ministério Público da Bahia, CAB, em 11 de outubro de 2023, às 14 horas.

Eu gostaria de fazer um apelo, aliás, um convite aos Srs. Deputados que se interessam pelo tema de suma importância, até porque nós precisamos mudar a história, nós precisamos dar uma atenção, Sr. Presidente, aos idosos. Inclusive, o promotor Edvaldo Vivas, que responde pelas questões da pessoa idosa, através do Ministério Público, estará lá também para ministrar este seminário de suma importância.

Então, estou pedindo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) aos Srs. Deputados para que compareçam.

É de suma importância vocês convidarem os seus prefeitos que já estão com o conselho municipal funcionando, porém não existe ainda a implantação do Fundo Municipal da Pessoa Idosa.

Então era isso o que eu gostaria de deixar registrado, mais uma vez, ao usar a tribuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado José de Arimateia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar MDB/PSB/Patriota/PSC/Avante para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Paulo Rangel: Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Paulo Rangel: Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Bem, foram o PL e o Solidariedade, não foram?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Foram o PL e o Solidariedade, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Dr. Diego Castro: Sr. Presidente, vou fazer uso de 5 minutos, e o meu colega Leandro, posteriormente, o excedente do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Então, falarão o deputado Dr. Diego pelo tempo 4 minutos e o deputado Leandro pelo tempo de 5 minutos?

O Sr. Dr. Diego Castro: Respectivamente, 5 e 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Então, 5 e 4 minutos. Anotem, por favor.

Com a palavra o deputado Dr. Diego Castro.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, mais uma vez, subo à tribuna desta Casa. Cumprimento todos, a imprensa aqui presente, as galerias, os nobres colegas.

Sr. Presidente, venho falar de uma temática muito importante, novamente tocando num assunto de momento que é a epidemia que a Bahia vive da insegurança pública. Olhem a declaração com a fake news que a gente se deparou nesta semana.

Inclusive, eu me pergunto: onde estão aqueles que sempre pregaram a democracia? Aí, eu toco em setores importantes, não vou generalizar, quero deixar claro, inclusive, o setor que vou tocar – por sinal, a imprensa, nesta Casa, faz um excelente papel, um brilhante trabalho, dando espaço, voz e vez, ouvindo o contraditório –, mas eu falo de pessoas específicas no cenário nacional porque, se o presidente Jair Bolsonaro desse um espirro ao contrário, ou qualquer um dos membros do seu governo, era motivo de arruaça e judicialização.

E onde estão esses? Eu chamo a atenção para dar notoriedade a esta fake news do ministro da Justiça Flávio Dino, que diz que a culpa da violência na Bahia é a política de armas de Jair Bolsonaro, ou seja, Jair Bolsonaro governa a Bahia há 17 anos e é do PT, não é? É isso o que ele quer dizer para começar a fake news.

Relembrando, entramos neste descaso com a insegurança desde o ano de 2007, pois a Bahia começou uma escalada ladeira abaixo, quando o PT assumiu o estado com a política de leniência com a segurança pública.

Quanto ao fracasso do Pacto pela Vida, é bom deixar claro que, inclusive, está de volta agora, que eu espero que não seja mais um pacto do fracasso 2.0, porque, como eu disse, pintar muro e fachada de base comunitária não vai resolver o problema.

E quando a gente parte para a prática da resolução do problema, o que é dada é uma banana para aqueles que fazem a segurança pública, por exemplo, que estão na ponta, os policiais, principalmente, civis e militares e agora a Polícia Penal, que foi aprovada nesta Casa.

Eu falo da estrutura salarial, que foi vergonhosa, com a majoração de 4%, pois esta não repõe metade da metade da defasagem inflacionária que beirou 54%, nos últimos 7 anos. Eu falo de valorização do material humano, esses estão expostos à cova dos leões. Querem colocar câmeras, como mais um instrumento de pressão. E o estado dá totalmente as costas para esses profissionais. O dinheiro poderia, inclusive, ser investido em blindagem de viaturas, como vimos agora, uma das poucas que tinham blindagem salvar a vida de um policial.

Eu falo dessa fake news, presidente, e eu trago dados. Querem, diretamente, atribuir a culpa aos CACs. Vejam só que não há 0,005% do contingente do seu armamento extraviado. Querem dizer que o extravio dessas armas é responsável pela insegurança no estado.

Como sempre, a esquerda joga a culpa dos seus desmandos nas costas dos seus adversários, ou seja, passa a sua culpa para outro. Não é à toa que o governo tem uma política chamada de intersetorialidade e transversalidade. É aquela história: “O problema não é meu, é sempre do outro colega.” Todas as secretarias trabalham juntas, e ninguém faz nada. Essa é a realidade.

E, para fechar, presidente, onde está a mentira do ministro da Justiça? O governo Bolsonaro teve, sim, uma queda histórica, nos seus 4 anos de mandato, enquanto gestor da segurança pública, porque, pela primeira vez na história do país, os índices de homicídios ficaram abaixo de 20 por 100 mil habitantes.

Enquanto a média nacional do Jair Messias Bolsonaro, que o Flávio Dino disse ser o culpado pela violência, estava abaixo desse índice, a Bahia tinha uma média acima dos homicídios nacionais proporcionalmente porque, repito, para concluir, por causa dessa política de leniência com a (Expressão retirada pela Presidência.), que enxerga a segurança pública, na resolução de seus problemas, somente com...,

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) outdoors e peças publicitárias dizendo que a segurança é tamanho “G”, mas esse “G” não é de governo e, sim, de gambiarra!

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o nobre deputado Leandro de Jesus pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Eu retorno à tribuna cumprimentando, mais uma vez, os colegas, a imprensa e todos os presentes.

É uma pena que, mais uma vez, a deputada comunista falou em favor do aborto, repleta de desonestidade intelectual, defendendo a covardia de assassinar bebês. Parece que ela, mais uma vez, saiu. Saiu corrida. Fala as asneiras sem qualquer fundamento e depois sai corrida.

Então, a desonestidade intelectual está presente para quê? É a ânsia, é a vontade, é o desejo de que, em nosso país, bebês sejam massacrados e assassinados, num verdadeiro holocausto de inocentes e de vulneráveis que, sequer, podem se defender.

Aí, a deputada fala ou diz que fala em nome das mulheres e das mulheres negras etc. Não fala! A deputada não fala em nome das mulheres, até porque a maioria das mulheres não é abortista. Ela não fala em nome das negras, porque a maioria das mulheres negras não é abortista, é pró-vida.

E ainda digo mais! A incoerência é tão grande que eu pergunto: os fetos e os bebês, nos ventres das suas mães, que são meninas, podem, então, ser assassinados? E os bebês, nos ventres de suas mães, que são meninas, são negras – ela diz ser defensora dos negros e dos menos favorecidos – então quer dizer que os bebês, nos ventres de suas mães, meninas e negras, segundo a vontade dela e o que ela defende, então podem ser assassinados, no que se chama de aborto até a 12ª semana, que é o que quer a ADPF nº 442, do Psol? É isso o que estamos ouvindo. Isso é a verdadeira incoerência, a desonestidade intelectual, tudo em favor de assassinatos de inocentes.

Mas há uma matéria da *Gazeta* que eu faço questão de destacar, já que a deputada diz defender as mulheres.

(Lê) “(...)

De acordo com a psicóloga Ana Cláudia Brandão que trabalha com esse tipo de situação, há um conjunto bem definido de sintomas psicológicos que caracterizam as sequelas associadas ao período pós-aborto. Os mais frequentes são danos à autoestima da mulher, alteração do sono e do apetite, pesadelos, desequilíbrio familiar, perda do sentido da vida e até tentativa de suicídio de acordo com especialistas.

‘A verdade é que constatamos que a mulher é a segunda vítima do aborto. Elas sofrem os efeitos nocivos dessa prática tanto na sua saúde mental quanto no seu relacionamento com o meio’, ressalta a psicóloga. (...)’

E continua a matéria!

(Lê) “(...)Pesquisas científicas também relacionam o aborto a um maior risco de doenças mentais. Um artigo publicado no ‘British Journal of Psychiatry’ em 2011, por exemplo, revisou 22 estudos sobre os efeitos do aborto na saúde mental feminina. A conclusão foi a de que o risco de doenças mentais é 81% maior em mulheres que fizeram um aborto. A revisão também destacou que mulheres que abortam têm 34% mais chance de sofrerem ansiedade, 37% mais de depressão, 110% de risco de se tornarem alcoólatras e 115% mais risco de tentarem suicídio.”

Agora cadê a deputada defensora das mulheres que falta com a verdade cotidianamente em defesa da sua ideologia comunista e assassina?! Ela fugiu mais uma vez. Desapareceu!

Pois nós estaremos aqui levantando a voz em defesa da vida e em defesa dos bebês nos ventres das suas mães, porque o Brasil é contra o aborto. O Brasil é pró-vida!

Muito obrigado.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder da União Brasil para falar ou indicar orador pelo tempo de até 14 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Falarei por uma parte do tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Com a palavra o nobre deputado Alan Sanches pelo tempo que ele assim entender, dentro do prazo de 14 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos caminhando para iniciar, em breve, a votação dos projetos que ficaram, há 15 dias, para serem votados. Para que a gente possa recapitular tudo o que aconteceu naquela sessão, eu solicitei pedido de vista do projeto do Funprev. Quanto ao outro projeto do empréstimo, ou seja, mais um empréstimo para o governo do estado no valor de R\$ 500 milhões, esse caiu por falta de quórum.

E este projeto hoje, de mais R\$ 500 milhões, foi prometido, inclusive, de viva voz, pelo líder e deputado Rosemberg, que traria, digamos assim, um informativo técnico sobre onde seria utilizado.

Bem, da última vez, houve o empréstimo de mais de R\$ 750 milhões. Esse empréstimo, ele vinha com uma nota técnica justificando um empréstimo de R\$ 750 milhões, com nove linhas.

E hoje não vem nada diferente disso! O que sempre a Oposição tem falado sobre essa quantidade absurda de empréstimos não é se tem condição para tomar esse empréstimo, mas é a transparência na aplicação desses recursos. Este é o quarto empréstimo já realizado.

Eu não questiono se a Bahia, se o governo do estado terá condição para sanar e liquidar esses empréstimos. Não questiono se endividará, cada vez mais, o nosso estado, mas o que a gente precisa, a partir do momento em que esta Casa delibera e autoriza a solicitação do empréstimo, se esta Casa pudesse pensar, refletir e dizer o seguinte. Já que precisam desses 63 homens e mulheres, por que não deve esta Casa saber para onde irá este recurso? Amigos e amigas, são R\$ 500 milhões, agora. Já foram R\$ 750 milhões, já foram R\$ 400 milhões. Agora, são mais R\$ 500 milhões, em 10 dias. Onde serão investidos esses recursos?

Eu vejo que a insatisfação, pelo menos temporária, da Base do Governo, dos deputados e deputadas, já está sanada, quando eu vejo a presença de Angelo Coronel Filho, Ricardo, Antônio Henrique, Soane, Cláudia e Maria. Quando eu vejo todos vocês, então tenho certeza de que todas as pendências do governo foram solucionadas.

Deputado Eures... (Risos) Não. Angelo Coronel Filho é o Angelinho. Não sei como a sua mãe te chama. Como a tua mãe te chama? Refiro-me ao apelido. Deve ter um apelido. Angelinho, não é? Deve ser Angelinho.

Então, desta forma, queridos amigos, quando a gente fala de alguma forma para desconstrair, não é possível que esta Casa seja apenas um mero autorizador para se tomar empréstimo!

Mais uma vez, o governo do estado vem passando este trator. Ele vai conseguir tomar o empréstimo sem dizer o que fará com este dinheiro. E não terá, deputada Soane, a obrigação de dizer absolutamente nada a V. Ex.^a, nem se vai atender ao pleito lá da nossa linda e querida Ilhéus.

Mas fica a reflexão para V. Ex.^{as}. Tenham a certeza de que a nossa orientação, amigos e amigas, é pela mais uma vez negação deste empréstimo. Nós não podemos compactuar com esta forma do governo do estado, mais uma vez, tomar esta posição.

Eu queria terminar hoje essa fala do União Brasil ao dizer o seguinte. Eu votei em ACM Neto. Sou líder da Oposição. Votaria de novo. Não existe nada que eu fizesse e me arrependesse.

Quando eu me aliei a ACM Neto, quando eu escolhi ACM Neto como candidato ao governo, foi por entender o programa pretendido para a nossa Bahia e por acreditar no homem público e reto que é ACM Neto, na criatividade que Neto tem, o gestor que ele mostrou ser durante os 8 anos para Salvador, que poderia ter sido para a Bahia, pelos seus 10 anos como deputado federal, emblemático, como líder do Governo, líder do partido, líder de tudo por onde passou o nosso querido ACM Neto.

Então, não há, nesta terra da Bahia, momento nenhum em que eu possa me arrepender de ter votado em ACM Neto porque, para mim, a união feita com Neto é programática e é de entendimento por tudo isso em relação às qualidades, levantadas por mim, do nosso ACM Neto. Não haverá momento nenhum, repito, em momento nenhum... Eu acho que a gente pode fazer qualquer mudança de lado. A gente pode entender qualquer momento diferente, mas jamais terei arrependimento de ter apoiado e apoiar, mais uma vez, o nosso querido ACM Neto.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Antes de passar a palavra ao nobre líder da Maioria, eu queria só fazer um breve registro.

Eu ouvi a divergência entre o querido amigo Marquinho Viana e Luciano Simões sobre Abaíra, mas eu queria recomendar algo a todos vocês. Se vocês quiserem conhecer um dos lugares mais bonitos da Bahia, este se chama a Serra do Barbado. É um pico no Nordeste com 2.033 metros de altitude. No Carnaval, eu estive lá, estive a 1.950 metros de altitude. São 6 horas de subida e descida. Logo em seguida, nós temos a Serra das Almas e o Pico do Itobira.

É realmente uma parte extraordinária da Bahia. Independente das divergências, fica o louvor a essa bela região da Bahia. De um lado, fica Piatã, lugar onde nasce o Rio de Contas. Lá, foi descoberto o ouro; em seguida, em Abaíra.

Vitor Bonfim, há o distrito que se chama Catolés. Depois da chuva, gente, o pessoal acha ouro, ouro, ouro mesmo nas bateias. É um lugar lindíssimo. Coloquem esse lugar no roteiro e na agenda dos senhores e das senhoras para visitar essa região maravilhosa da Bahia.

Passo a palavra ao nobre colega e amigo Paulo Rangel, representando a Maioria, para falar em nome federação PT/PCdoB/PV ou indicar orador.

O Sr. Paulo Rangel: Primeiro, eu quero parabenizar V. Ex.^a pela performance física. V. Ex.^a subiu a pé? (Pausa)

Realmente, mas não há orador, Sr. Presidente. (Risos)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ordem do Dia.

Eu oriento rapidamente as lideranças.

Os pareceres dos dois projetos já foram lidos na tribuna, portanto agora vamos para o PL nº 25.024/2023, vamos votar o parecer no âmbito das comissões. Em votação no âmbito das comissões.

Srs. e Sr.^{as} Deputadas...

O Sr. Alan Sanches (fora do microfone): Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Queria só a verificação do quórum no âmbito das comissões porque foi por esse motivo que caiu na sessão passada.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Teremos o maior prazer de atender V. Ex.^a.

O Sr. Paulo Rangel: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, só porque eu estava ali, me perdoe, mas veja bem, nós temos um projeto que está sobrestando a pauta, o projeto que está sobrestando a pauta é o outro. Não é o do empréstimo?

Parlamentar não identificado: São os dois.

O Sr. Alan Sanches: Os dois estão sobrestando?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A orientação da Mesa, da secretaria, é que são os dois.

O Sr. Alan Sanches: Pronto. E qual foi o primeiro votado?

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Alan Sanches: Então, presidente, V. Ex.^a, com essa observação da Mesa, está corretíssimo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto, então.

Questão de ordem do nobre deputado Paulo Rangel para usar do seu tempo.

O Sr. Paulo Rangel: Que V. Ex.^a dê o tempo regulamentar, até porque, caso nós não tenhamos quórum já neste momento, nós vamos ter tempo... Pode até iniciar a leitura, mas que encerre a leitura dentro do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Já foi feito. Já foi feito. Agora já é...

Sr. Vitor Bonfim: Agora é votar mesmo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Votar, não é? Então, vamos à frequência das comissões.

CCJ.

Maria del Carmen; Sr. Vitor Bonfim, presente, 1.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Júnior Nascimento.

Sr. Vitor Bonfim: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Alan Sanches...

Sr. Vitor Bonfim: Presente, 2.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) que deu presença, fez a intervenção, 2.

Euclides Fernandes; Felipe Duarte, 3; Ivana Bastos...

Parlamentar não identificado: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Matheus Ferreira.

Parlamentar não identificado: Está presente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): E Vitor Bonfim, quórum, 5.

Segunda comissão, Comissão de Agricultura e Política Rural.

Manuel Rocha.

Parlamentar não identificado: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ricardo Rodrigues.

Parlamentar não identificado: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): presente, 1; Fátima Nunes.

O Sr. Alan Sanches: Presente, 2.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Luciano Araújo.

Parlamentar não identificado: Presente, 3.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Marquinho Viana.

Parlamentar não identificado: Presente, 4.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Neusa Cadore.

O Sr. Alan Sanches: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Neusa Cadore.

O Sr. Alan Sanches: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pedro Tavares.

O Sr. Alan Sanches: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tiago Correia.

O Sr. Alan Sanches: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eduardo Salles.

O Sr. Alan Sanches: Ausen... Ah! Voltou.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Quórum obtido.

Terceira comissão, Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos.

Deputado Leandro de Jesus.

Sr. Vitor Bonfim: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Matheus Ferreira.

O Sr. Alan Sanches: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Matheus Ferreira, presente.

Sr. Alan Sanches: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Cafú Barreto.

O Sr. Alan Sanches: Ausente. Só volta depois que for atendido pelo governador.
(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Alan Sanches: Não, ele falou isso. Meu amigo, meu amigo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Fátima Nunes; José de Arimateia.

O Sr. Alan Sanches: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Marcinho Oliveira.

O Sr. Alan Sanches: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Marcinho Oliveira?

O Sr. Alan Sanches: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Paulo Rangel; Roberto Carlos.

O Sr. Alan Sanches: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ivana Bastos.

O Sr. Alan Sanches: Ausente de novo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Maria del Carmen.

O Sr. Alan Sanches: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): E Zó, 5. Quórum.

A quarta comissão, Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

Olívia Santana; Penalva.

O Sr. Alan Sanches: Ausente, ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Felipe Duarte.

O Sr. Alan Sanches: presente, 1.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Hilton Coelho.

O Sr. Alan Sanches: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Hilton Coelho, presente.

O Sr. Alan Sanches: Cadê? Ah!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Jurailton Santos...

O Sr. Alan Sanches: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Robinson Almeida; Rosemberg Pinto e Soane Galvão.

O Sr. Alan Sanches: Cadê Robinson Almeida?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pancadinha.

O Sr. Alan Sanches: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Sandro Régis.

O Sr. Alan Sanches: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Zé Raimundo Fontes.

O Sr. Alan Sanches: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Presente.

O Sr. Alan Sanches: Presidente não conta.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Na comissão, conta.

A última comissão, Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.
Vitor Bonfim, Tiago Correia...

O Sr. Alan Sanches: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Angelo Coronel.

O Sr. Angelo Coronel Filho: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Bobô.

O Sr. Alan Sanches: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Hassan.

O Sr. Alan Sanches: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Paulo Rangel.

O Sr. Alan Sanches: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Já foi, quórum.

Em votação o parecer do relator. **(O Parecer foi relatado, no âmbito das Comissões conjuntas, pelo Deputado Vitor Bonfim – favorável ao texto original, na 82ª Sessão Ordinária de 18/09/2023.)**

Os Srs. e as Sr.^{as} Deputadas que são favoráveis permaneçam como se encontram.
(Pausa)

Aprovado.

O Sr. Alan Sanches: Eu queria... Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Eu queria só que V. Ex.^a convocasse a Bancada da Oposição, que se ausentou regimentalmente para não dar quórum nas comissões, queria só que solicitasse que a Oposição retorne ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Então, agora, no âmbito do Plenário, o PL nº 25.024/2023...

O Sr. Alan Sanches: Quórum... Eu queria, pela questão de ordem, solicitar o quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Quórum para votação?

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Alan Sanches: Pronto. Mas vai votar...?

O Sr. Vitor Bonfim: Não, antes da votação, há uma inscrição.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Exatamente.

O Sr. Alan Sanches: Vai discutir o segundo projeto.

(O deputado Leandro de Jesus se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É o segundo? Ah! É o segundo, ótimo, ótimo, ótimo!

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, só para esclarecer aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a se refere à questão do quórum para votação.

O Sr. Alan Sanches: Eu estou aqui com o deputado Paulo Rangel, o deputado Leandro de Jesus tinha feito a inscrição na discussão, mas o mesmo equívoco eu cometi, é no outro projeto, não é nesse. Por isso mesmo, como não tem discussão, eu gostaria de solicitar a verificação de quórum de votação.

O Sr. Vitor Bonfim: Sr. Presidente, questão de ordem, peço a V. Ex.^a para que marque o tempo regimental de 25 minutos do art. 227-A do nosso Regimento Interno.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Esta presidência atenderá, com o maior zelo, às questões de ordem de ambos os deputados.

Solicito ao controle técnico que zere o painel e marque 25 minutos porque nós temos um pedido de verificação de quórum de votação, e serão necessárias as presenças de 32 deputados e deputadas.

Compareçam, nobres amigos, colegas deputados e deputadas.

O Sr. Vitor Bonfim: Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.^a fizesse soar as campainhas e convocasse os deputados da Base do Governo que estão aqui, nas dependências da Casa, para que se façam presentes no nosso Plenário, tendo em vista que há um pedido de verificação de quórum de votação feito pelo deputado Alan Sanches.

Precisamos colocar 32 Srs. e Sr.^{as} Parlamentares presentes...

(Procede-se à verificação de quórum de votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum de votação. Solicitamos as presenças dos senhores e das senhoras no Plenário para que sejam registradas as presenças e possamos votar projetos importantes para a Bahia.

(Procede-se à verificação de quórum de votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre líder Alan Sanches, registre a sua presença.

(Procede-se à verificação de quórum de votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre líder Alan Sanches, V. Ex.^a vai dar uma presença aí para valer...? Ele está fingindo que não ouve. (Risos)

(Procede-se à verificação de quórum de votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O quórum está sendo...mais dois deputados...

O Sr. Vitor Bonfim: Não, Sr. Presidente, falta o quórum do deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pronto, restituído. Nobre Alan Sanches, concorda? Pronto! Registre só para o efeito da ata, não é? Para documentar.

O Sr. Vitor Bonfim: Já tem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Restituído o quórum.

Em votação.

Para encaminhar, o deputado Hilton. Como vota o Psol?

O Sr. Hilton Coelho: Muito rapidamente, Sr. Presidente. Nós queríamos declarar, primeiro, que o nosso voto vai ser favorável a esse projeto, mas nós não poderíamos deixar de observar que, mais uma vez, chega a esta Casa um projeto de empréstimo do governo sem definição clara e evidente para onde vai esse recurso. Para nós, isso não é um desrespeito muito grande da Casa porque é critério, a Lei da Transparência, a legislação nacional impõe isso, e a Casa, de alguma forma, aceita votar esse conjunto de empréstimo, no caso, de US\$ 118 milhões para uma perspectiva de fortalecimento e desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica.

É precisamente por isso, e pela relação que guarda o projeto com o fortalecimento das comunidades tradicionais, que o nosso voto vai ser um voto favorável, mas nós não poderíamos deixar de marcar aqui, neste Plenário. Primeiro, eu já falei, porque a justificativa é extremamente genérica. A indicação da destinação dos recursos a serem captados marca essa generalidade. Não se sabe quais são as condições de juros, carência, amortização, prazo de pagamento e garantia que serão contratados. E foram ofertadas em garantia as receitas estaduais, que estão sujeitas a variação, inclusive a partir do cenário nacional.

Então, em função disso tudo, nós não poderíamos deixar de fazer o voto, mas fazer com crítica. O nosso voto é favorável, Sr. Presidente, com todas essas críticas que precisam ser registradas.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Hilton Coelho. Como vota a Maioria? Como orienta à Maioria?

O Sr. Paulo Rangel: Eu quero orientar os deputados da Maioria a votarem favoravelmente ao projeto.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, para encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Alan, como orienta à Minoria?

O Sr. Alan Sanches: Nós vamos encaminhar a votação contrária. O voto é contrário a esse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. V. Ex.^a será atendido, e registrado em ata.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. e Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa)

Aprovado, com os votos contrários da bancada...

O Sr. Alan Sanches: Eu gostaria de que V. Ex.^a citasse os nomes dos deputados que estão votando contra.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A Mesa vai registrar aqui.

Deputados Alan Sanches, Leandro de Jesus, Luciano Simões, Sandro Régis, Penalva, Dr. Diego, Marcelinho... Diego e Penalva.

O Sr. Alan Sanches: Alan Sanches, Luciano Simões, Sandro Régis, Emerson Penalva, Marquinho Viana, Diego Castro, Marcelinho Veiga. Sandro Régis, eu já falei.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Aprovada a matéria, **Projeto de Lei nº 25.024/2023, em discussão única, com os votos contrários dos Deputados citados acima pelo Presidente e pelo Deputado Alan Sanches.**

PROJETO DE LEI Nº 25.024/2023

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, operações de crédito externo junto ao Banco Internacional de Desenvolvimento - BID, no montante de até US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), e ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA, no montante de até US\$18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares americanos), observadas as condições e as exigências dos órgãos federais encarregados da análise econômico-financeira para fins de operação de crédito e da concessão de garantia da União.

Parágrafo único - Os recursos resultantes das operações de crédito autorizadas neste artigo destinam-se ao financiamento do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica da Bahia.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 3º - As garantias e contragarantias a serem oferecidas para o cumprimento do disposto nesta Lei serão constituídas, durante o prazo de vigência do respectivo contrato, de parcelas necessárias e suficientes, das cotas de repartição constitucional das receitas tributárias de que o Estado é titular, na forma dos arts. 157 e 159, completadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Próximo projeto, é o PL nº 25.026/2023, do Poder Executivo, que altera o art. 7º da Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, na forma que indica. Já foi lido o parecer.

Em votação, no âmbito das comissões. **(O Parecer foi relatado pelo Deputado Vitor Bonfim – favorável ao texto original, na 82ª Sessão Ordinária de 18/09/2023.)**

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, só para recordar, no passado caiu por falta de quórum no âmbito das comissões. Percebemos que já existe o quórum nas comissões e não vamos solicitar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Portanto, em votação, no âmbito das comissões.

Os Srs. e Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado no âmbito das comissões.

O Sr. Alan Sanches: Já existem dois deputados inscritos para a discussão. Há dois deputados já inscritos para a discussão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): No Plenário, dois deputados inscritos.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, deputado.

O Sr. Hilton Coelho: Registre o meu voto contrário, Sr. Presidente, na Comissão de Educação.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): No âmbito das comissões, não é?

O Sr. Hilton Coelho: É.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Registrar, por favor, na ata que o Hilton Coelho votou em contrário no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Deputado Alan Sanches, quais os deputados inscritos para discutir o Projeto de Lei nº 25.026/2023 no âmbito do Plenário?

O Sr. Alan Sanches: Leandro de Jesus.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Leandro de Jesus pelo tempo regimental.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Retorno a esta tribuna para reforçar a vergonha a que a nossa Bahia é submetida por esse desgoverno. Mas, antes de mais nada, quero, aqui, repudiar, também, a fala do Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, que, de maneira irresponsável e sem apresentar nenhum dado, sem apresentar nenhuma prova, afirmou que a violência no estado da Bahia se dá em razão da política do governo anterior, de Bolsonaro, citando a política armamentista do governo Bolsonaro.

Pois bem, eu já encaminhei um ofício à Secretaria da Segurança Pública, deputado Diego, e encaminhei também ofício ao ministério do Sr. Flávio Dino para que ele forneça a nós todos, aos cidadãos baianos, as informações sobre as armas apreendidas na Bahia, porque, como se sabe, nós tivemos, ao longo desses últimos meses do ano de 2023, dezenas de armas de fogo que foram apreendidas, inclusive fuzis.

E o que é que nós queremos saber? Porque Flávio Dino culpa Bolsonaro. Rui Costa diz que a culpa é de Bolsonaro, ninguém quer assumir a responsabilidade. Jerônimo diz que a culpa é de Bolsonaro por conta dessas armas que estão aí. Pois bem, nós queremos dados e queremos provas.

Então, já solicitei ao secretário da Segurança Pública do estado da Bahia, Marcelo Werner, que nos forneça as informações sobre as armas apreendidas, inclusive os fuzis, para que nos demonstre, nos prove quantas dessas armas possuem registro, quantas dessas armas são de CACs. Já oficiei e espero não precisar utilizar a Lei de Acesso à Informação para obter essas informações que devem ser colocadas a público para que a verdade venha a prevalecer.

Então, estou dando uma chance para que Flávio Dino, para que Rui Costa e para que o próprio governador do estado da Bahia, Jerônimo, eles provem que não estão propagando *fake news*. Mas, claro, obviamente, nós sabemos que eles faltam com a verdade cotidianamente, diariamente faltam com a verdade, e para não assumirem as suas responsabilidades sobre o desastre que ocorre na Bahia no que se refere à segurança pública, eles sempre recorrem a acusar Bolsonaro. Parece que Flávio Dino, parece que Jerônimo, parece que Rui Costa e até Lula amam Bolsonaro. Eu imagino que eles devem ter até em suas casas, em alto relevo, o nome Bolsonaro para ficar admirando e adorando, porque não é possível o quanto esses petistas, o quanto o governo Lula, o quanto Jerônimo, o quanto Flávio Dino, recorrem ao Bolsonaro. É amor, não é possível, é amor demais!

Mas é falta de vergonha e de compromisso com o nosso estado da Bahia. Sr. Jerônimo, assuma sua responsabilidade. Flávio Dino, faltar com a verdade, chegar a este nível é um vexame.

Mas estamos aqui... Por meio de ofício, eu espero que os senhores cumpram a obrigação e nos forneçam as informações sobre as armas apreendidas, porque assim saberemos de qual lado a verdade está, que é o que o povo quer saber.

Entrando na temática sobre o projeto aqui discutido, isso mostra mais uma vez a falência do governo petista. O PT vem destruindo, falindo a Bahia e jogando cada vez mais o nosso povo, já tão sofrido, nesse abismo, o abismo da fome, o abismo da miséria, o abismo da violência, o abismo da ausência de emprego, o abismo em que, nós sabemos e vimos, o dinheiro do pagador de impostos simplesmente some, desaparece em obras fantasiosas. E então, empréstimos e mais empréstimos: 500 milhões, 400 milhões, não sei quantos milhões, e não se sabe para onde vai esse dinheiro.

E volto, aqui, a questionar, esses valores multimilionários são para investir onde? Será que nas obras fantasiosas da Ponte Salvador- Itaparica? Hoje nós vimos, de maneira desavergonhada, na cara de pau, Rui Costa dizer que a culpa da Ponte Salvador-Itaparica não ter saído foi em razão da pandemia. Então, quer dizer que a

história da ponte, a ilusão da Ponte Salvador-Itaparica foi da pandemia para cá. Rapaz, olha! Esse sujeito não tem a menor vergonha de mentir e de enganar o povo. É algo, assim, vexatório.

Quando nós sabemos que essa história da ponte, que não tem um prego batido e já surrupiou R\$ 300 milhões, é antiga. Jaques Wagner, Jaques Wagner de novo. Aí, vem Rui e promete que vai entregar. Rui de novo. E agora Jerônimo, sustentando essa mentira para enganar o povo. Será que esse dinheiro é para isso? Pergunto, aqui, aos membros do governo presentes, é para mais essa fase de ilusão e de mentira? Ou será que é para a ilusão do VLT? Ou será que é para a nova ilusão dos trens, ou do novo modal, segundo Jerônimo, que são para Salvador-Feira de Santana? Será que é para essa nova mentira? Porque cada vez que entra um novo governador do PT, eles criam uma nova mentira para somar às mentiras anteriores e seguir enganando o povo e gastando o nosso dinheiro, que não se sabe para onde foi. E fica a pergunta: os R\$ 300 milhões dessa ponte foram para onde? Quem levou esse dinheiro? E os milhões do VLT, também, quem levou esse dinheiro? E aí, nós vemos, na Bahia, um povo tão sofrido. Nós podemos ir às periferias, à zona rural, aos vilarejos longínquos, e o povo está passando fome, o povo não tem o que comer. E os caras aqui nadando, de boa, na mentira, no engano, na falsidade; nadando nas lágrimas do povo tão sofrido da minha Bahia; nadando no sangue das milhares de pessoas que perdem a vida, que morrem em razão dessa destruição: a destruição da educação, a destruição da saúde, a destruição da segurança pública.

Estamos vendo aí esse caos em que, toda semana, famílias são vitimadas por essa violência; bandidos que invadem casas e colocam as famílias em uma situação de risco; inocentes que estão sendo assassinados diariamente. Por quê? Porque o PT, ao longo desses anos, abriu as portas para a criminalidade e agora perdeu o controle! Inclusive, coloca as nossas polícias guerreiras nessa situação. A desvalorização dos nossos policiais, a perseguição que eles sofrem ao cumprir a sua missão de proteger a sociedade. Realmente, chegamos neste fundo do poço que o PT nos jogou.

E é por isso que, como eu afirmei aqui, recentemente, não existe mais governo, não existe mais absolutamente nada. Estão aí navegando, tirando os últimos proveitos. Porque, com certeza, esses serão os últimos 4 anos do PT. Será o último mandato do PT. E eu sei que Deus vive e está olhando pela minha Bahia, está olhando por esse povo sofrido e esse mal não vai persistir.

E aí, para encerrar e concluir, fica aqui o questionamento: para onde vai esse dinheiro? Para onde vão esses milhões? Mais uma vez, para enganar o povo, para iludir o povo e, claro, alguns que estão por trás dessas obras fantasiosas, mentirosas, é que vão tirar vantagem. É lamentável, mas passaremos por isso, vamos resistir a isso, e a Bahia ainda será livre, vai se livrar desse tempo de trevas do PT.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Alan Sanches, para discutir, pelo tempo regimental.

O Sr. ALAN SANCHES: Meus amigos, minhas amigas, me inscrevi nessa discussão para ter a oportunidade e, pela última vez, por esses tempos, falarei sobre esse assunto.

Quando o deputado Leandro traz esse tema da segurança, e ficou claro naquela apresentação da segurança pública que o problema, inicialmente, é a falta de investimento, deputado Zé Raimundo. V. Ex.^a, como historiador e professor, um homem inteligente, sabe disso, estava na sessão e percebeu, por todas as apresentações, que a polícia e a Secretaria da Segurança Pública têm feito o que podem, esticando o recurso que têm. Mas, com a retirada do recurso do Orçamento da segurança pública, a retirada do investimento, o que aconteceu foi isto, a desassistência. Então, com a falta de prioridade que se teve durante todo esse tempo com a segurança pública, chegamos a esse momento infeliz, em que tantas coisas têm acontecido nos nossos bairros, principalmente, em Salvador. Quando não acontece em Salvador, acontece em outro lugar. Na semana passada, foi em Feira de Santana, na outra semana, é em outro município, é em Santo Antônio de Jesus, e alcançamos índices alarmantes.

Eu volto a falar que, em 2016, nós tivemos aqui o Orçamento da Bahia de R\$ 28 bilhões, e o investimento em segurança pública foi de quase R\$ 5 bilhões. Caminhando para frente, 6 anos depois, o Orçamento da Bahia de 2022 já atingia R\$ 56 bilhões e o investimento em segurança na Bahia foi de apenas R\$ 4,7 bilhões. Diminuiu. Mesmo com Orçamento mais do que duplicando, o investimento em segurança pública diminuiu.

Nós tínhamos, percentualmente, quase 17%, em 2016, que caiu para 8%, menos da metade. Então, dessa forma, a justificativa que todos procuram saber sobre o que aconteceu para que a gente tenha essa insegurança, essa quantidade de mortes, essa quantidade de assaltos, de roubos, de sequestros na Bahia é a falta de investimento. Foi isso que aconteceu, então não precisa de muita explicação.

Aí, deputado Eures, o senhor que foi prefeito, e deputada Ludmilla, de Alagoinhas, vêm os sociólogos, que vão dizer o seguinte: o problema da violência, o problema da segurança é que não se faz segurança só com policiamento ostensivo. Perfeito. Onde a gente precisa fazer os investimentos, prefeitos, todos vocês que foram prefeitos, deputada Cláudia, que têm esse conhecimento? É em educação, é na ação social, é no lazer, é no entretenimento.

E aí, se a gente for fazer uma avaliação, hoje, de um chefe de facção que tenha 22 anos, 23 anos, se você tirar 17 anos, ele tinha 6 anos, gente. Tinha 6 anos de idade! Então, com 6 anos, o que é que faltou para ele? Tudo que a gente estava aqui falando: ação social, entretenimento, lazer, investimento em educação. E quem estava no poder durante esses 17 anos, quando ele tinha apenas 6 anos de idade? O PT. Foi esse governo, deputado Robinson Almeida. Quem falhou nos investimentos, que hoje falha na segurança pública, quem falhou nesses investimentos foi o governo que está aí hoje, há 17 anos.

Então quando a gente fala que não se faz segurança só com policiamento ostensivo, eu concordo em gênero, número e grau. Mas quem falhou nesse investimento, deputada Fabíola – a senhora que o defendeu naquela reunião – quem falhou com esse investimento, deputado Robinson, foi o partido de V. Ex.^{as}. Foi o grupo

que governa a Bahia há 17 anos que não teve condição, não teve autonomia, não teve liderança para fazer os investimentos em nossas crianças. E, hoje, a sociedade baiana e todos os municípios pagam esse pato.

Por isso, sobre esse encaminhamento de mais R\$ 500 milhões nesse projeto sem transparência, para tomar empréstimo sem dizer onde vai ser colocado, a Bancada da Oposição vai votar, mais uma vez, contra essa indignação desse empréstimo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação. Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, em votação.

O Sr. Alan Sanches: Calma, eu gostaria de solicitar uma verificação de quórum de votação. É o mínimo que a gente precisa, aqui.

O Sr. Paulo Rangel: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel: Presidente, eu gostaria que V. Ex.^a marcasse o tempo de 25 minutos para, caso a gente não tenha quórum neste momento, a gente poder restabelecê-lo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Hilton Coelho: Eu quero encaminhar o voto do Psol. Vai ter que esperar?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vou restabelecer o quórum. V. Ex.^a, depois, discute.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, solicito ao controle técnico para zerar o painel e marcar o tempo de 25 minutos, que é o tempo para o aguardo das presenças das Sr.^{as} Deputadas e dos Srs. Deputados em Plenário.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, há uma solicitação de verificação de quórum. Compareçam ao Plenário para marcar as presenças.

(Silêncio)

Sr.^{as} e Srs. Deputados, presentes no cafezinho ou nos gabinetes, compareçam ao Plenário para marcar as vossas presenças, porque há uma solicitação de quórum de votação. São necessárias 32 presenças para a votação do último projeto da Ordem do Dia.

(Silêncio)

Sr.^{as} e Srs. Deputados, há uma questão de ordem solicitando a verificação de quórum de votação. Eu convoco os colegas deputados e deputadas, presentes no cafezinho, ou nos gabinetes, ou em alguma atividade online, virtual, a comparecerem ao Plenário para marcar as presenças de V. Ex.^a.

(Silêncio)

Já estão presentes, em Plenário, 31 parlamentares, deputados e deputadas. O quórum está restituído.

Para encaminhar a votação, o deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, eu quero registrar o nosso voto contrário a este projeto pelo fato de precisarmos fazer um debate sério sobre a questão dos fundos, quais sejam, Funprev e Baprev. Esses são fundos que visam a garantir ou a dar garantias aos nossos servidores e servidoras públicas. E o que temos visto é uma postura irresponsável dos diversos governos. Este projeto, mais uma vez, a meu ver, reflete este mesmo posicionamento de irresponsabilidade.

Vejam o que vem acontecendo. A Lei Estadual nº 10.955/2007 disciplinou o Baprev e visou a recompor o Funprev. De lá para cá, o que a gente percebe é um Funprev, cada vez mais, enfraquecido, assim como o próprio Baprev. A lei aprovou um conjunto de possibilidades de composição do fundo e de reoxigenação, especialmente, do Funprev e de viabilidade para o Baprev.

O que a gente percebe é que, como o fundo é deficitário e como não se tem um debate sério sobre os fundos, o governo vem utilizando o recurso, que deveria ser um recurso para capitalizar os fundos, especialmente, o Funprev. Então, para nós, isso é uma irresponsabilidade muito grande.

Como eu disse antes, precisa-se fazer um debate consequente, porque é o destino dos nossos servidores e das servidoras públicas que está em jogo.

Enquanto o governo ficar empurrando com a barriga a arrecadação que deveria estar capitalizando os nossos fundos, utilizando, de maneira paliativa, para apagar incêndio em relação à possibilidade do fundo ter eficácia imediata, enquanto isso tiver acontecendo, nós vamos estar apostando na insegurança das pensões e aposentadorias, ou seja, do futuro dos servidores, das servidoras e das suas famílias.

Por isso, o nosso voto é um apelo ao debate responsável em relação a este futuro dos nossos servidores e das nossas servidoras.

O nosso voto é contrário, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Como o líder da Minoria orienta a votação?

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, por tudo já exposto por todos nós, da Bancada da Oposição, o voto é contrário a este projeto do empréstimo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Como orienta a sua bancada, líder da Maioria?

O Sr. Paulo Rangel: Sr. Presidente, eu vou orientar a nossa bancada a votar favorável ao projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, o **Projeto de Lei nº 25.026/2023, em discussão única**, com os votos contrários...

O Sr. Alan Sanches: Com os votos contrários dos deputados Alan Sanches, Luciano Simões Filho, Sandro Régis, Pablo Roberto, Emerson Penalva e **Hilton Coelho (página 47)**.

PROJETO DE LEI Nº 25.026/2023

Altera o § 2º do art. 7º da Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O § 2º do art. 7º da Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.7º-.....

.....

§ 2º - Excepcionalmente, no exercício de 2023 e até o final do exercício de 2026, os recursos creditados e acumulados na conta a que se refere o § 1º deste artigo, desde a sua abertura, poderão ser utilizados para a finalidade exclusiva de pagamento de benefícios previdenciários a cargo do FUNPREV, independentemente de autorização do CONPREV.” (NR)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2023.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O deputado Hilton Coelho está contra.

O Sr. Alan Sanches: São os que eu estou percebendo no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, não havendo mais nada a tratar, agradeço as suas presenças pela importante votação nesta tarde.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Euclides Fernandes, Júnior Nascimento, Patrick Lopes, Roberto Carlos, Rosemberg Pinto e Samuel Júnior. (07)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.